



ACADEMIA MILITAR

A Introdução da G3 na Guerra de África Implicação nas Tácticas, Técnicas e na Organização do Pelotão de Infantaria no Teatro de Operações Angolano

**Autor: Aspirante a Oficial Aluno de Infantaria Filipe António
Martins dos Reis**

Orientador: Major de Infantaria Fernando Manuel Silva Rita

Co-Orientador: Major de Cavalaria Celso Jorge P. Freilão Braz

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, Julho de 2014



ACADEMIA MILITAR

A Introdução da G3 na Guerra de África Implicação nas Tácticas, Técnicas e na Organização do Pelotão de Infantaria no Teatro de Operações Angolano

**Autor: Aspirante a Oficial Aluno de Infantaria Filipe António
Martins dos Reis**

Orientador: Major de Infantaria Fernando Manuel Silva Rita

Co-Orientador: Major de Cavalaria Celso Jorge P. Freilão Braz

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, Julho de 2014

Dedicatória

Ao meu avô materno e avós paternos que partiram com enorme orgulho
do seu neto e aos meus pais, irmão, namorada e
entes queridos por todo o apoio e dedicação.

Agradecimentos

Para que a conceção desta investigação percorresse o rumo certo, nunca poderia ter feito “orgulhosamente só”. Muitas pessoas contribuíram com o seu melhor, abdicando do seu tempo, às quais devo respeitosamente agradecer todo o apoio, esforço e sacrifício prestados.

Dirijo as primeiras palavras ao orientador e amigo “*macua*”, Major de Infantaria Fernando Rita, por toda a dedicação, amizade e compreensão, o desafio lançado e a cumplicidade sempre presente no apoio à realização da investigação, motivação e exigência crescente até ao seu culminar. Atrevo-me a citar o meu Major pois com ele aprendi que “*Nunca deixar de tentar, é conseguir alguma coisa, logo à partida (...) As oportunidades não se agarram, provocam-se (...) Viver o momento de uma forma intensa, é não adiar vitalidade, para a incerteza do futuro (...) A procura constante da mudança no nosso caminho leva-nos à diferença, surpreendo-nos, e torna-nos pessoas melhores*”.

Em segundo lugar, e não menos importante, quero agradecer ao co-orientador, Major de Cavalaria Celso Braz, cujo apoio incondicional e conselhos permitiram-me enquadrar estruturalmente a investigação, colocando sempre ao meu dispor toda a sua completa orientação e contributo pessoal, com alertas oportunos, fundamentais no rumo da investigação ao direcionar os meus objetivos de forma clara e concisa.

Uma palavra de agradecimento ao Diretor de Curso de Infantaria Tenente-Coronel de Infantaria Estevão da Silva, por toda a supervisão, dedicação e chamadas de atenção as quais desde o início “recebi com agrado”.

À Senhora Dona Paula Franco, que se distinguiu pela pronta disponibilidade e paciência no auxílio da pesquisa bibliográfica na Biblioteca da Academia Militar.

Ao Arquivo Histórico Militar e Arquivo de Defesa Nacional, a todos os seus funcionários, pela disponibilidade única em facultar importantes elementos documentais primários para este trabalho.

Ao Instituto de Estudos Superiores Militares e à Biblioteca do Exército pela sua cooperação no fornecimento de elementos bibliográficos.

Aos meus camaradas de curso que me apoiaram nos bons e maus momentos nestes últimos 6 anos e por toda a sua amizade.

Aos amigos do peito que me acompanharam e sempre me deram força.

Um agradecimento especial à minha família, que sempre depositou confiança em mim, sem a qual já mais teria ultrapassado tantos obstáculos. Ao pai Francisco Reis pelo exemplo que tem sido e apoio incondicional, à mãe Clara Reis, por todo o carinho e sacrifício que me tem dedicado, ao irmão Gonçalo Reis, pela força de irmão transmitida e à namorada, Cláudia Paixão, pelo carinho, compreensão e amor.

Por último agradecer a todos aqueles, cujo nome não consta e que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta investigação.

A todos vós muito OBRIGADO!

Filipe Reis

Resumo

O presente relatório científico aborda uma investigação que se intitula de “A introdução da G3 na Guerra de África; Implicações nas Táticas, Técnicas e na Organização do Pelotão de Infantaria no Teatro de Operações Angolano”, que pretende identificar a importância da G3 no pelotão de infantaria.

Visto que o conhecimento histórico é fulcral a qualquer comandante, e sendo a G3 um “símbolo” de base da nossa formação militar e de elevado reconhecimento, procura-se contribuir para o conhecimento da História de Portugal, do Exército Português, podendo cooperar na resolução de problemas atuais.

Deste modo pretende-se analisar a passagem da arma ordinária, para a arma automática e as suas implicações no Teatro de Operações angolano.

Este relatório está estruturado em três partes. A primeira referente à introdução, expondo uma apresentação do trabalho de investigação. Na segunda é realizado um levantamento documental e consulta crítica de literatura, privilegiando a análise de conteúdo. Por fim, na parte conclusiva testa-se e confirma-se as hipóteses, respondendo às perguntas derivadas.

Tais questões e hipóteses desenvolveram-se para responder à questão de partida a fim de atingir os objetivos delineados. A metodologia cingiu-se na análise de forma cronológica e comparativa, de conteúdos bibliográficos, complementada por fontes primárias. Verificou-se que com a introdução da G3 no pelotão de infantaria, no Teatro de Operações de Angola, ocorreram alterações na organização deste, nomeadamente a substituição das metralhadoras ligeiras das secções por G3 com bipé. Esta alteração levou à extinção do grupo a três homens por cada metralhadora ligeira, surgindo mais dois atiradores normais e o atirador bipé em cada esquadra. Por este facto a esquadra de atiradores passa a ser constituída por cinco atiradores, dos quais um de G3 com bipé. Ao nível tático e técnico não houve diretamente alterações, mas sim a possibilidade de as executar na plenitude, tal como foram projetadas.

Palavras-chave: Guerra de África, G3, Pelotão de Infantaria, Organização, Tática.

Abstract

This scientific report concerns an investigation entitled "The introduction of the G3 in the War in Africa; its implications for tactics, techniques and the organization of the Infantry Platoon in the Angolan Theater of Operations". It aims to identify the importance of the G3 in the infantry platoon.

Since historical knowledge is essential for any commander, the G3 is the "symbol" of our basic military training and is highly recognizable. We seek to contribute to the knowledge of the history of Portugal, and the Portuguese Army, and we believe this may contribute to the resolution of some current problems.

We intend to analyze the development of the G3 from an ordinary weapon, to the automatic weapon and to point out the implications in the Angolan Theater of Operations.

This report is structured in three parts, the first being the introduction, giving a presentation of the research work. Secondly, a review of the relevant documentary evidence, with content analysis. Finally, in the concluding part hypotheses are developed and tested, which lead to further questions.

Such questions and hypothesis were developed to answer the question of departure in order to achieve our defined goals. The methodology is based on the analysis of chronological and comparative information, bibliographic content, and is supplemented from primary sources. It is possible to verify that with the introduction of the G3 in the infantry platoon, in the Angolan Theater of Operations, there have been changes in this organization, in particular the replacement of light machine guns of sections by the G3 with bipod. The three men for each light machine gun were no longer needed, and could be replaced by one man, giving two extra riflemen and the G3 operative in each precinct. For this reason the squad is made up of five elements, including one with the G3 with bipod. At a tactical and technical level there were no direct changes, but rather the possibility of performing with increased effectiveness and efficiency.

Key-words: War of Africa, G3, Infantry Platoon, Organization, Tactics.

Índice Geral

Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vi
Índice Geral.....	vii
Índice de figuras	x
Índice de tabelas	xii
Lista de apêndices e anexos.....	xiii
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos	xiv
Capítulo 1 - Introdução.....	1
1.1. Introdução	1
1.2. Tema a investigar: escolha, formulação e justificação	1
1.3. Questão de partida e questões derivadas	3
1.4. Hipóteses de investigação.....	4
1.5. Objetivos de estudo.....	4
1.6. Metodologia.....	5
1.7. Estrutura do Trabalho de Investigação Aplicada.....	6
Capítulo 2 - Revisão da literatura	8
Capítulo 3 - A Guerra de África.....	11
3.1. Introdução	11

3.2. A Guerra de África: Contextualização	12
3.3. A preparação de Portugal para a guerra.....	16
3.4. A aquisição de armamento.....	17
3.5. O Teatro de Operações angolano.....	21

Capítulo 4 - Espingardas orgânicas do Exército Português

no Teatro de Operações angolano	24
4.1. Introdução	24
4.2. Espingarda Mauser 7,92 mm m/937	25
4.3. Espingarda FN FAL 7,62 mm m/961	27
4.4. Espingarda G3 7,62 m/961 e m/963	28

Capítulo 5 - Alterações na organização, na doutrina tática e técnica

do Exército Português, no Teatro de Operações angolano	31
5.1. Introdução	31
5.2. Da Guerra Convencional à Guerra Subversiva.....	31
5.3. A doutrina do Exército Português: a sua adaptação	34
5.4. A doutrina das forças de guerrilha: a sua evolução	37
5.5. Síntese conclusiva.....	40

Capítulo 6 - A influência da Espingarda G3 na Guerra de África

no Teatro de Operações angolano	41
6.1. Introdução	41
6.2. O pelotão de Infantaria no Teatro de Operações angolano.....	41
6.2.1. No início do conflito com a Espingarda Mauser	43
6.2.2. Após introdução da Espingarda G3 nas forças portuguesas	45
6.3. Síntese conclusiva.....	49

Capítulo 7 - Conclusões e recomendações	50
7.1. Introdução	50
7.2. Verificação das hipóteses e questões derivadas.....	50
7.3. Resposta à questão de partida e reflexões finais.....	52
7.4. Recomendações	54
7.5. Limitações da investigação.....	54
7.6. Propostas de investigação subsequente	55
 Fontes e bibliografia	 56
 Apêndices.....	 A1
 Anexos.....	 A6

Índice de figuras

Figura n.º 1 – Mapa de África e Províncias Ultramarinas 1963	A7
Figura n.º 2 – Divisão de Angola em Zonas Militares	A8
Figura n.º 3 – Fornecimento de G3 às Forças Armadas Portuguesas.....	A9
Figura n.º 4 - Memorando sobre Espingardas Automáticas	A10
Figura n.º 5 – Aditamento ao memorando sobre espingardas automáticas	A11
Figura n.º 6 – Relatório comparativo entre a FN e G3 (1)	A12
Figura n.º 7 – Relatório comparativo entre a FN e G3 (2)	A13
Figura n.º 8 – Relatório comparativo entre a FN e G3 (3)	A14
Figura n.º 9 – Relatório comparativo entre a FN e G3 (4)	A15
Figura n.º 10 – Documento relativo a espingardas semi-automáticas	A16
Figura n.º 11 – Relatório de armas automáticas com bipé (1).....	A17
Figura n.º 12 – Relatório de armas automáticas com bipé (2).....	A18
Figura n.º 13 – Espingarda 7,9 mm m/937 Mauser	A19
Figura n.º 14 – Espingarda 7,62 m/961 FN FAL.....	A19
Figura n.º 15 – Espingarda 7,62 mm m/961 AR-10	A19
Figura n.º 16 – Espingarda 7,62 mm m/961 e m/963 G3	A20
Figura n.º 17 – Metralhadora ligeira 7,92 mm m/938 Dreyse	A20
Figura n.º 18 – Pistola-metralhadora 9 mm m/948 FBP.....	A21
Figura n.º 20 – Militares com Espingarda FN FAL	A22
Figura n.º 19 – Picada.....	A22
Figura n.º 21 – Progressão no capim com Mauser e G3.....	A22
Figura n.º 22 – Atirador de G3 com bipé	A22

Figura n.º 23 – Patrulha equipada com G3	A23
Figura n.º 24 – Emboscada de Guerrilheiros	A23
Figura n.º 25 – Forças de Guerrilha.....	A23

Índice de tabelas

Tabela n.º 1 – Fases e modalidades do Inimigo.....	Apêndice C - A5
--	-----------------

Lista de apêndices e anexos

Apêndices.....	A1
Apêndice A - Artigo 73.º da Carta das Nações Unidas	A2
Apêndice B - As gerações de armas ligeiras em Portugal	A3
Apêndice C - Fases e modalidades do Inimigo	A5
 Anexos.....	 A6
Anexo A - Mapa de África e Províncias Ultramarinas.....	A7
Anexo B - Mapa de Angola 1961	A8
Anexo C - Documentação de Arquivo.....	A9
Anexo D - Armas que equipavam o Exército Português	A19
Anexo E - Teatro de Operações	A22

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

ADN	Arquivo de Defesa Nacional
AHM	Arquivo Histórico Militar
AM	Academia Militar
<i>apud</i>	Citado em...
Cap.	Capítulo
CEMGFA	Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armada
CETME	<i>Centro de Estudios Technicos de Materiales Especiales</i>
Cfr.	Conforme
CIOE	Centro de Instrução de Operações Especiais
Coords.	Coordenados
Cx.	Caixa
Doc.	Documento
EME	Estado-Maior do Exército
EUA	Estados Unidos da América
F	Fundo
FAL	<i>Fusil Automatique Légere</i>
FE	Fundo Especial
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FO	Fundo Orgânico
H	Hipótese
HK	<i>Heckler & Kock</i>
<i>i.e.</i>	<i>(id est)</i> Isto é
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
n.º	Número
OE	Objetivo Específico
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte

p.	Página
pp.	Páginas
QD	Questão Derivada
RFA	República Federal Alemã
s.d.	Sem data
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
TO	Teatro de Operações
UPA	União dos Povos Angolanos
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
Vol.	Volume

Capítulo 1

Introdução

1.1. Introdução

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), subordinado ao tema “A introdução da G3 na Guerra de África: Implicações nas táticas, técnicas e na organização do pelotão de infantaria no Teatro de Operações angolano”, surge no contexto de um processo avaliativo de cinco anos de formação académica, com o intuito da obtenção do Grau de Mestre em Ciências Militares na especialidade de Infantaria, ministrado por um estabelecimento de Ensino Superior Público Universitário Militar, a Academia Militar (AM). Representa um marco importante na vida do futuro oficial dos quadros permanentes, e o início de uma carreira profissional no Exército.

No decorrer do primeiro capítulo, para um enquadramento do assunto a ser tratado abordam-se secções referentes à escolha, formulação e justificação do tema a investigar, a questão de partida e questões derivadas, as suas hipóteses de resposta a essas mesmas questões, objetivos de estudo a alcançar, a caracterização da metodologia utilizada e por último, dar a conhecer a estrutura do TIA.

1.2. Tema a investigar: escolha, formulação e justificação

O tema abordado no presente trabalho insere-se no domínio da História Militar com principal incidência nas Campanhas de África no período de 1961 a 1974, no qual Portugal apresentou um notável esforço e ambição de conduzir três campanhas de contra-subversão¹ simultaneamente: em Angola, Moçambique e na Guiné. Esta tipologia de guerra era algo de novo para Portugal e não se adequava no contexto da sua doutrina convencional,

¹ “Nas actividades subversivas incluem-se as que tenham por finalidade minar o moral, criar a desordem ou fomentar a traição ou a hostilidade...” (Soares & Adelino, s.d. a, p. 372).

essencialmente desenvolvida para um possível conflito na Europa. A ineficácia da sua doutrina, perante tal conflito, deu aso à reestruturação da componente militar, de forma a neutralizar os acontecimentos ocorridos nesse período, para salvaguardar as suas províncias ultramarinas. É por muitos considerado o acontecimento mais marcante da nossa história na segunda metade do século XX.

“Toda a investigação histórica carece de ser enquadrada, no espaço e no tempo...” (Mendes, 1987, p. 143). Este trabalho não é exceção, sendo necessário efetuar uma delimitação precisa das fronteiras da pesquisa, tendo em conta as limitações exigidas para a sua realização, para tornar o tema o menos vago possível e cingir o seu estudo. Desta forma particulariza-se a investigação ao estudo do Teatro de Operações² (TO) angolano, dando ênfase à presença da espingarda G3 nas pequenas unidades de infantaria, nomeadamente o pelotão de infantaria, em particular durante o período de 1961 a 1964.

A temática abordada tem como intuito enaltecer a G3 como sistema de armas presente na Guerra de África, recorrendo a elementos da política e da estratégia apenas para enquadrar o tema, mas dedicando o estudo à verificação da existência de alterações na conduta de operações, nomeadamente nas táticas, técnicas e na organização que advieram com o emprego da G3 no decorrer da guerra. Procura-se também entender a necessidade de mudança do Exército Português, que utilizava o armamento de repetição, para armamento automático individual e que implicações advieram desta reestruturação.

No período em estudo, se Portugal não recorresse ao armamento automático individual, todo o grande esforço de Portugal poderia ter sido em vão. Graças à sua inserção, o sucesso alcançado no TO angolano foi substancial e inesquecível.

A inclusão de armamento automático individual, nomeadamente a G3, modificou significativamente a conduta das operações no campo de batalha, permanecendo ainda hoje como um equipamento de grande importância. Se analisarmos a orgânica de um pelotão de infantaria na atualidade, passadas cinco décadas da sua introdução, verifica-se a presença desta arma quer em forças apeadas, quer em forças montadas.

A G3 está patente na base da nossa formação como militares, desta forma sabe-se reconhecer a importância desta arma. Para Georges Lefebvre *apud* Mendes (1987, p. 9), a “... história é a memória do género humano, o que lhe dá a consciência de si mesmo, isto é, da sua identidade no tempo, (...) marca na recordação dos homens”. Desta forma a história é fundamental a qualquer comandante. É nesta área do saber que a tomada de

² “Parte do Teatro de Guerra necessária para operações táticas e para as actividades logísticas, relacionadas com essas operações” (Soares & Adelino, s.d. b, p. 602).

decisão deste se reflete, pois o conhecimento não ocupa lugar e reduz ao máximo o erro humano.

A curiosidade pela história do armamento português, em especial o TO em estudo, suscitou o interesse para a escolha do tema. Contribuindo para a compreensão e saber histórico do período em estudo, procura-se dar a conhecer a História de Portugal e do Exército Português, constituindo um elemento de ajuda fundamental para a compreensão e resolução de problemas atuais.

1.3. Questão de partida e questões derivadas

Segundo Quivy & Campenhoudt (1998, pp. 31-32) “... o investigador deve obrigar-se a escolher um fio condutor tão claro quanto possível, para que o seu trabalho se estruture com coerência”. O autor ao referir-se a um fio condutor do trabalho, explana a necessidade da criação de uma questão de partida, “...através da qual tenta exprimir o mais exatamente possível o que procura saber, elucidar, compreender melhor...” (*idem*, p. 32).

Deste modo, a questão de partida do estudo passa por descodificar “Quais as implicações provenientes do uso da G3 na Guerra de África, para o pelotão de infantaria, no Teatro de Operações angolano, comparativamente à Mauser?”.

De acordo com a questão de partida referida anteriormente, sentiu-se a necessidade de pormenorizar, para que a resposta fosse mais completa e adequada. Por esse facto levantam-se questões derivadas (QD). São elas:

QD 1 – O que levou à necessidade do Exército Português adquirir armas automáticas, nomeadamente a G3?

QD 2 – Quais foram as alterações na organização do pelotão de infantaria equipado com a G3 no Exército Português?

QD 3 – Com a introdução da G3 houve necessidade de alterar as táticas e técnicas na forma de atuar do pelotão de infantaria, no Teatro de Operações angolano?

QD 4 – Quais as vantagens da utilização da G3 no pelotão de infantaria no Teatro de Operações angolano, comparativamente à Mauser?

1.4. Hipóteses de investigação

A enunciação das hipóteses (H) é uma obrigação no desenvolvimento de uma investigação, necessária à sua organização e condução com rigor do processo de investigação. A um “...problema inicial, segue-se uma tentativa de explicação, através de uma hipótese plausível ...” (Mendes, 1987, p.195). A sua conceção tem por base um conjunto de conhecimentos necessários ao desenrolar da investigação. Tal conhecimento depende “...da sabedoria e da experiência do investigador sobre o tema, dos dados secundários disponíveis e de estudos exploratórios...” (Sarmiento, 2013, p. 13). Para Réjean Huot *apud* Sarmiento (2013, pp. 13-14) “...a hipótese de investigação é a resposta temporária e provisória, é uma suposição que o investigador propõe perante uma interrogação formulada a partir de um problema de investigação ou pergunta de partida”.

Numa fase posterior a hipótese terá de ser confrontada, com base no conhecimento adquirido pela investigação realizada, sendo suscetível de ser infirmada ou confirmada no decurso da investigação a efetuar.

Perante a problematização abordada na investigação, foram elaboradas hipóteses iniciais. São elas:

H 1 – Com a aquisição de armamento automático individual, as forças regulares passaram a combater as forças de guerrilha de igual modo, as quais já detinham este equipamento;

H 2 – O pelotão de infantaria, equipado com a G3, passou a organizar-se de forma diferente, permitindo uma maior flexibilidade e concentração de meios;

H 3 – Houve a necessidade de adaptar táticas e técnicas nas operações, que só com armas de repetição faziam sentido, devido à introdução de uma arma automática como a G3;

H 4 – Com a utilização da G3 foi possível ganhar uma maior cadência de fogo utilizando um menor número de efetivos e ganhar uma arma indispensável para todos os tipos de operações.

1.5. Objetivos de estudo

“O objetivo geral indica a principal intenção de um projeto...” (Baptista & Sousa, 2011, p. 26). A nossa investigação teve como objetivo principal identificar a importância

da presença da G3 no pelotão de infantaria no Teatro de Operações angolano, as suas implicações nas táticas, técnicas e na organização, comparativamente à espingarda Mauser.

Posteriormente foram determinados os objetivos específicos (OE), “...que originam uma lista de conhecimentos e competências a adquirir” (Sarmento, 2013, p. 13), a fim de tornar o nosso estudo mais aprofundado e detalhado durante a investigação. Para tal foram definidos os seguintes OE:

OE 1 – Dar ênfase à presença da G3 no pelotão de infantaria, em particular durante o período da Guerra de África, no Teatro de Operações angolano;

OE 2 – Entender as alterações significativas na conduta das operações do pelotão de infantaria durante o conflito, permanecendo ainda hoje um equipamento de grande importância;

OE 3 – Mostrar que muitas táticas, técnicas e a orgânica, que então foram desenvolvidas, ainda hoje se verificam e se mantêm válidas;

OE 4 – Entender a necessidade de mudança do armamento ordinário de repetição para o armamento automático individual na época.

1.6. Metodologia

Na investigação efetuada, teve-se em conta as normas para a redação do Relatório Científico Final do TIA, presentes nas Normas de execução para a elaboração dos Trabalhos da AM (2013), e o contributo do livro Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses, escrito por Manuela Sarmento (2013).

Dentro dos limites temporais que foram definidos para a investigação, aplicou-se então o método histórico, que segundo Manuela Sarmento (2013, p. 8) este método “...analisa os fenómenos ou processos em estudo, atendendo à sua constituição, ao seu desenvolvimento, à sua formação e às consequências, de uma forma cronológica...”, logo teve-se em conta a sequência temporal, fundamental para uma contextualização histórica, e a respetiva evolução da guerra nesse período. Procura-se desta forma explicar o porquê da ocorrência dos processos de renovação, qual a origem dos acontecimentos em estudo e a sua influência.

Aplicou-se também o método comparativo, que segundo Marc Bloch *apud* Mendes (1987, p. 177), “... praticar o método comparativo (...) para explicar, as similitudes e as diferenças que apresentam duas séries de natureza análoga”.

Para tal compara-se a utilização da espingarda de repetição Mauser e da espingarda automática G3 pelo Exército Português, numa perspetiva diacrónica³, já numa lógica síncronica⁴, analisa-se igualmente a evolução da atuação do Exército Português e a respetiva atuação das forças de guerrilha, no período em estudo, proporcionando desta forma a identificação de variáveis atuantes, no contexto temporal definido. A metodologia utilizada permitiu assim fazer algo de novo.

Como se trata de uma investigação no âmbito da história, procedeu-se no campo da heurística⁵, uma das fases do método histórico à recolha de informação em vários arquivos e bibliotecas, nomeadamente a Biblioteca da Academia Militar Sede e Aquartelamento Militar da Amadora, Biblioteca do Exército, no Arquivo Histórico Militar (AHM), no Arquivo de Defesa Nacional (ADN) e no Instituto de Estudos Superiores Militares, onde procurou-se pesquisar diferentes fontes documentais e bibliográficas. Compilou-se assim os dados a partir de fontes documentais primárias e impressas, assim como de várias fontes secundárias assentes numa ampla bibliografia, importante para a investigação, privilegiando a hermenêutica⁶, as quais constituíram a base de trabalho.

1.7. Estrutura do Trabalho de Investigação Aplicada

Para permitir ao leitor uma melhor compreensão do tema, o presente trabalho estrutura-se em sete capítulos, nos quais contempla a presente Introdução, onde se pretende enquadrar o leitor ao tema, enunciar de forma clara e sucinta a escolha realizada, procedendo à descrição dos objetivos e das perguntas e hipóteses levantadas, no qual também define-se a metodologia empregue para recolha e análise de informação.

Na Revisão da Literatura, procura-se dar a conhecer, através do contributo de diversos autores, as obras e fontes que tiveram maior relevância na abordagem do tema.

Numa primeira fase, realiza-se uma contextualização histórica sobre os antecedentes que precederam à Guerra de África e que estiveram na origem de todo um

³ “Diacronia implica a investigação através – ou ao longo – de um tempo dado, isto é, longitudinal” (Mendes, 1987, p. 161).

⁴ “Sincronia pressupõe investigação num determinado tempo curto, ou seja, transversal ou em corte” (Berkhofer *apud* Mendes, 1987, p. 161).

⁵ “Fase do método histórico que se dedica à procura e recolha de fontes” (Mendes, 1987, p. 122).

⁶ Segundo Richard E. Palmer *apud* Mendes (1987, p. 124) “A hermenêutica é o estudo da compreensão, é essencialmente a tarefa de compreender textos...”.

enorme esforço de Portugal, na preparação para a guerra e a necessidade de aquisição de armamento, bem como uma breve caracterização do TO angolano.

De seguida, pretende-se dar ao leitor algum conhecimento sobre as espingardas orgânicas que equipavam o Exército Português na Guerra de África, dando ênfase às espingardas que marcaram a Guerra de África e a necessidade que houve em adquirir um novo sistema de arma para fazer face à luta armada em Angola.

Posteriormente procura-se mostrar como o Exército se adaptou a uma nova tipologia de conflito, fazendo referência ao seu modo de atuação e à necessidade de um novo armamento ligeiro. No final é apresentado uma breve noção da atuação das forças de guerrilha opositoras e a sua evolução, porque o conhecimento doutrinário do adversário é fundamental para adequação da força regular e dos seus meios, bem como a sua adaptação.

Numa última perspetiva, analisa-se as implicações do uso da espingarda automática⁷ G3 na Guerra de África, comparativamente à espingarda de repetição⁸ Mauser, enquadrando os sistemas de armas na respetiva orgânica das unidades do Exército Português, expondo o porquê da sua obtenção e o modo de atuar dos baixos escalões⁹, perante a diferença antagónica de armamento face à guerra em curso. Procura-se apresentar razões lógicas para esta substituição.

Para culminar, a parte final trata de responder às perguntas efetuadas e verificação das hipóteses, sendo em seguida elaboradas reflexões finais, seguidas de recomendações, dificuldades sentidas e propostas para investigações futuras.

⁷ Tipo de arma de fogo em que as operações de a armar e desarmar sucedem rápida e regularmente, sem intervenção do atirador, conseguidas pela ação expansiva dos gases da pólvora devida e oportunamente aproveitada (Soares & Adelino, s.d. a).

⁸ Tipo de arma de fogo que possui uma culatra, pela qual as operações de armar e desarmar são efetuadas manualmente, tiro-a-tiro (Soares & Adelino, s.d. a).

⁹ Neste contexto entende-se por baixos escalões o pelotão e a secção.

Capítulo 2

Revisão da literatura

O presente TIA, subordinado ao tema “A introdução da G3 na Guerra de África: Implicações nas táticas, técnicas e na organização do pelotão de infantaria no Teatro de Operações angolano”, pretende dar a conhecer as mudanças que surgiram no pelotão de infantaria no teatro de operações angolano com a introdução da G3, ao analisar a passagem de uma arma ordinária de repetição para uma arma automática ligeira.

O período da História de Portugal de 1961 a 1964, no qual se enquadra a investigação, é um tempo inserido na história contemporânea, pelo que a informação disponível é vasta e limitada no objetivo a investigar e no período em que se insere, encontrando-se dispersa, havendo apenas alguns documentos e relatórios primários, os quais explanam especificamente o tema a tratar.

Na Revisão da Literatura, procura-se dar a conhecer, através do contributo de diversos autores, as obras e fontes que tiveram maior relevância na abordagem do tema.

Apesar de não existirem obras focadas no tema central a abordar, existe porém, várias que o abordam, ainda que em estudos diferentes e em outros contextos, explanam a importância da espingarda automática G3 e as implicações que advieram com a sua aquisição na luta armada em África.

O enorme esforço de Portugal na Guerra de África ao nível industrial e aquisição de armamento é exposto na obra do Mestre João Moreira Tavares, intitulada de “*Indústria Militar Portuguesa no Tempo da Guerra 1961-1974*”, publicado em 2005, considerado um valioso contributo de análise da indústria nacional militar, a qual auxilia a compreensão do sacrifício vivido por Portugal na obtenção de meios para fazer face a uma guerra que se prolongara 13 anos.

Relativamente ao armamento ligeiro do Exército Português, para o estudo da sua implementação na orgânica das forças e táticas empregues, é fulcral a obra do Professor Doutor António Telo e do Sr.º Major Mário Álvares, publicada em 2004, a qual tem a designação de “*Armamento do Exército Português, Volume I – Armamento Ligeiro*”, que

tem como objetivo salientar a origem do armamento, as suas características técnicas, condições e limitações à sua aquisição, bem como o seu rendimento e evolução no âmbito operacional.

O manual elaborado pelo Estado-Maior do Exército em 1963, “*O Exército na Guerra Subversiva*”, apesar de não retratar o estudo final de 1966, para a investigação foi um auxílio de percepção doutrinária ao qual foram solicitados o “*volume I – Generalidades*”, que descreve essencialmente a guerra subversiva e as suas variáveis, e o “*volume II – Operações contra bandos armados e guerrilhas*”, que descreve o modo de atuar das unidades e especificamente em alguns casos, realçando a importância do escalão pelotão e secção na luta contraguerrilha.

Num conhecimento alargado e exemplar do retrato da luta armada em África, foi publicado, em 2000, a obra “*Guerra Colonial*”, elaborado por Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, com participação de inúmeros ilustres do mundo da história e testemunhos que por ela passaram. Nesta obra estão redigidos os casos mais marcantes e que tiveram um especial contributo na história no Exército Português, bem como toda a panóplia de informação no que respeita à política, estratégia e tática que envolveu esta Guerra de África.

O Estado-Maior do Exército, querendo expor todo um conjunto de informação detalhada em todos os aspetos operacionais e administrativos, pela Comissão para o Estudo das Campanhas de África, com a colaboração de inúmeros testemunhos e historiadores, desenvolveu a obra “*Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*”, com alguns volumes que para o estudo foram abordados o “*Enquadramento Geral – 1.º Volume*”, redigindo a forma como o Exército Português estava organizado, ao nível dos meios, instrução e ação psicológica. “*Aspectos da Actividade Operacional. Angola – Livro 1, 6.º Volume*”, o qual retrata o antecedente da guerra e o seu desenrolar. Fundamental para o estudo a obra “*Subsídio para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África (1961-1974)*”, explanando o modo de atuar na guerra subversiva, dando primazia aos baixos escalões para o combate a esta tipologia de guerra, retratando as implicações ao nível logístico, tático e estratégico.

John P. Cann desenvolveu a obra “*Contra-Subversão em África, 1961-1974*”, publicação de 2005, na qual descreve o modo do Exército Português fazer a guerra, comparativamente a outros exércitos em guerras semelhantes, realçando o aspeto da orgânica e tática geral.

Para culminar, todos os relatórios e documentos em arquivo, redigidos por e para o General Luís Pina entre 1961 e 1964, os quais deram um enorme contributo na investigação com dados específicos do estudo em causa, no âmbito tático, técnico e organização do Exército Português na Guerra de África.

Capítulo 3

A Guerra de África

3.1. Introdução

“Orgulhosamente sós”

Professor Doutor Oliveira Salazar

Portugal esteve envolvido numa Guerra de cariz subversivo, que decorreu nos territórios de Angola, Guiné e Moçambique, no período de 1961 a 1974, no qual se discutiu o direito à sua presença em África. Estiveram em confronto as Forças Armadas Portuguesas e as forças organizadas pelos movimentos de libertação de cada uma das províncias ultramarinas.

A Guerra de África foi considerada difícil não só pela sua própria natureza, como por ter sido travada em terreno e clima adversos, e também por ter ocorrido simultaneamente em três teatros de operações distintos separados por milhares de quilómetros e sem o apoio da Comunidade Internacional. É notável o esforço de Portugal, que com um reduzido potencial económico e bélico, pode suportar tamanho conflito durante treze anos (Tavares, 2005).

Neste capítulo, entende-se necessário dar uma ideia sobre as grandes condicionantes, analisando num âmbito geral alguns acontecimentos internacionais e nacionais que, a partir da Segunda Guerra Mundial de 1939 a 1945, influenciaram várias nações, especialmente as que detinham territórios colonizados. Desta forma, procura-se identificar os antecedentes que deram origem à Guerra de África, a preparação de Portugal para o conflito bem como a aquisição de armamento e realizar uma breve descrição do Teatro de Operações de Angola.

3.2. A Guerra de África: Contextualização

Parcialmente destruída pela Segunda Guerra Mundial, a Europa em 1947 recorreu à ajuda dos Estados Unidos da América (EUA) ao lançarem o Plano Marshall¹⁰, para ajudar à sua reconstrução económica dos países envolvidos na guerra (Tavares, 2005).

No plano internacional, o fim da Segunda Guerra Mundial, não conduziu a uma diminuição de tensões entre os países envolvidos. Pelo contrário, levou à divisão do mundo em dois blocos antagónicos. De um lado, os países Ocidentais liderados pelos EUA que detinham o apoio das nações da Europa Ocidental, e do outro, os países de Leste liderados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), cuja representação constava na maioria dos países de Leste e inicialmente apoiados pela China (*Idem*). Tal como afirma Luís Nunes (1999, p. 27) o “...século XX é decisivamente a Era das potências extra-europeias”. Surgiram desta forma duas novas potências que tornaram o sistema internacional bipolar. Tal situação, conjugada com o desenvolvimento do armamento nuclear, originou a designada Guerra-Fria¹¹, “...combatida essencialmente no tabuleiro diplomático e em conflitos regionais estimulados e alimentados por um ou ambos os blocos” (Regimento de Infantaria 14 [RI 14], 2011a, p. 6).

A ameaça de uma guerra nuclear era tão aterradora, que a dissuasão passou a ser os alicerces da Guerra-Fria, com manipulação de interesses locais, em conflitos de pequena dimensão fomentados um pouco por todo o mundo, por cada um destes blocos antagónicos (*Idem*). Inicia-se a crise do sistema colonial português, prontamente exploradas pelas estratégias de modo indireto então dominantes (Nunes, 1999).

Face a toda a conjuntura internacional, em 4 de Abril de 1949 Portugal decidiu entrar para uma nova aliança militar, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que no campo político obteve a legislação e a aceitação internacionais do regime e, no campo militar, garantiu o apoio principalmente dos EUA, à execução do processo de rearmamento e modernização das Forças Armadas Portuguesas

¹⁰ “Programa norte-americano destinado a recuperar as economias dos países do ocidente e sul da Europa, profundamente abaladas com a Segunda Guerra Mundial (...) o objetivo dos EUA era criar condições às nações europeias para o estabelecimento da democracia (travando assim o avanço para ocidente da influência soviética) e tornar dependentes dos EUA as economias da Europa” (Infopédia, 2003-2014);

¹¹ “...a aparente inaceitabilidade de uma confrontação directa entre as grandes potências nucleares, faz com que, hoje em dia, se procurem resolver certos conflitos através de guerras internas, promovendo-as subtilmente quer directamente no interior dos Estados adversários quer no interior de terceiros Estados transformados em palco de uma confrontação indirecta. Assim, por exemplo, grande parte das guerras verificadas nos últimos anos podem inscrever-se na guerra fria que se travou entre a URSS e os EUA, (...) procuram explorá-las a seu favor” (Couto, 1988, pp. 161-162).

(Tavares, 2005). António Telo (2000a, p. 28) afirma que a dependência de Portugal aos EUA, face às consequências em relação a África, é “...entendida como um mal necessário, pois assegura a aproximação possível com os EUA numa altura em que a Inglaterra já não garante as funções tradicionais da aliança...”.

A Organização das Nações Unidas (ONU), tida como uma organização que advogava soluções graduais através do Sistema de Mandatos¹², mas também fortemente anticolonialista, condenou formalmente os regimes coloniais e propôs soluções prontas e radicais, como independências imediatas (Nunes, 1999). Exposto por Luís Nunes (*Idem*, p. 27) a “...ONU, de matriz influenciada decisivamente pela política de urgência norte-americana de Roosevelt, no que toca à emancipação dos povos, ao invés de resolver a questão colonial de forma pacífica, potenciou os conflitos entre nações dominantes e potências colonizadoras”.

Com a entrada de Portugal na ONU a 14 de Dezembro de 1955, o Secretário-Geral da organização, tendo em conta a prática de rotina para os efeitos do Artigo 73.º da Carta das Nações¹³ perguntou a Portugal se administrava algum território dependente ou não autónomo¹⁴ (Estado-Maior do Exército [EME], 1988). O Governo negou afirmando que, “...eles eram independentes com a independência da nação portuguesa...” (*Idem*, p. 53). Mais tarde a ONU reavivou a questão, tendo alegado para Portugal que o Artigo 73.º era para lhe ser também aplicado, pois defendiam que tinha colónias, impondo que o país concedesse a autodeterminação a todos os territórios por si colonizados (Duarte, 2002).

Em 1956-1957 a crise no Suez¹⁵ acelerou o fim das ilusões europeias (Nunes, 1999). O Governo português verificou que a influência da Europa deixou de ter força internacional que detinha, e que a política norte-americana relativa às colónias estava a evoluir no sentido contrário ao de Portugal, favorecendo o aumento dos nacionalismos em África (Duarte, 2002). Portugal acaba por se afastar cada vez mais do Reino Unido e dos EUA, aproximando-se da França e da República Federal Alemã (RFA), que vão ser os seus principais apoios na Guerra de África (Telo, 2000a).

¹² Tentativa da ONU conduzir um país progressivamente até à sua autodeterminação (Instituto de Lexicologia e Lexicografia, 2001).

¹³ “O Artigo 73.º da Carta da ONU estabelecia que os membros da ONU tinham a obrigação de transmitir ao Secretário-geral determinadas informações sobre as condições nos territórios sob a sua administração (Declaração sobre Territórios Não-Autónomos)” (Estado-Maior do Exército [EME], 1988, p. 53).

¹⁴ *Vide* Apêndice A.

¹⁵ Na “... crise do Suez de 1956 as Forças Anglo-Francesas são obrigadas a retirar do Egipto sob pressão americana e russa. É um acontecimento importante porque pela primeira vez os EUA alinham com a URSS contra os seus dois principais aliados europeus (França e Inglaterra), marcando a posição de Washington face a qualquer tentativa dos países europeus constituírem uma estratégia autónoma a partir das vantagens conferidas pelos seus antigos impérios” (Duarte, 2002, p. 22).

A Conferência de Bandung¹⁶, realizada na Indonésia a 18 de Abril de 1955, foi o grande motor de toda a mudança em África, a qual definiu as grandes linhas de emancipação dos povos da África e da Ásia, ajudando-se mutuamente, exprimindo, positivamente, a tomada de consciência da sua dignidade pelos povos de cor, reforçando o direito à autodeterminação dos povos (EME, 1988). A Conferência de Bandung é o culminar do complexo de inferioridade (*Idem*). Pelo que os povos mais evoluídos e mais experientes na prática de obtenção da independência, à cabeça dos quais aparece a Índia, considerada um dos quatro grandes da Conferência (Indonésia, China, Egipto e Índia) (Nunes, 1999), orienta outros povos dependentes a obter a sua emancipação. É um movimento imparável dos povos do então chamado “Terceiro Mundo”, que se prolifera pelas Conferências Pan-Africanas¹⁷ nos anos de 1958 a 1961, e de onde vão nascendo as novas independências, especialmente em África, porque agora o domínio de uns povos pelos outros já não é alvo de discussão, mas a própria presença do homem branco em África (EME, 1990). Redigido por Luís Nunes (1999, p. 29), dá-se a “...activação de uma consciência colectiva sobre a questão colonial”.

É então que a ONU empenha-se como porta-voz das exigências dos países do “Terceiro Mundo” pressionando a política Portuguesa, especialmente para a sua componente colonial, intensificando-se as hostilidades ao Governo português (Cervelló, 2000b).

Pelas palavras de Adriano Moreira *apud* Nunes (1999), os EUA, não querendo perder posição perante a URSS, passaram a pressionar os seus aliados da OTAN (Reino Unido, França, Bélgica e Portugal) para adotarem e apressarem a descolonização, apoiando todos os movimentos nacionalistas em África. Tal ato proporcionaria a ambos maior facilidade em aumentar a sua influência em Estados independentes após a sua emancipação. A URSS acaba por apresentar uma moção¹⁸ sobre a concessão de independência aos países e povos coloniais, acabando por ser aplicável a Portugal por deter territórios não autónomos e que, a negar-se à autodeterminação, tal como era definido na Carta das Nações Unidas, constituiria uma ameaça ao bem-estar da humanidade e à paz internacional (EME, 1988).

¹⁶ Os objetivos da Conferência de Bandung era a cooperação económica e cultural entre a África e a Ásia, bem como a condenação do colonialismo sob todas as formas (EME, 1988);

¹⁷ “...movimento tendente a dignificar os negros africanos e inverter a situação de inferioridade (...) foi simultaneamente um movimento cultural e político” (EME, 1998, p. 23).

¹⁸ “Proposta apresentada por um grupo, dentro de uma assembleia deliberativa, manifestando repúdio por uma acção...” (Instituto de Lexicologia e Lexicografia, 2001).

Em 1960 nos debates da ONU sobre Angola, pela primeira vez, os EUA e a URSS votaram lado a lado contra Portugal mostrando a determinação de proceder em conformidade com as suas declarações (*Idem*). O ano de 1960 foi designado pela ONU, ano da África, porque catorze colónias europeias tomaram lugar na Assembleia Geral como países independentes (Nunes, 1999). Perante a descolonização da Bélgica, do Reino Unido e da França, Portugal fica numa posição isolada (EME, 1988).

A 4 de Fevereiro de 1961, inicia-se as hostilidades em Angola, nas quais Portugal enfrentou pelas armas, movimentos independentistas, apoiados indiretamente pelos EUA e a URSS, dois grandes atores externos da Guerra de África. A União dos Povos Angolanos (UPA), mais tarde integrando o Partido Democrático de Angola (Cervelló, 2000a) deu lugar à Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), a qual recebeu o apoio da República Democrática do Congo e dos países Ocidentais (Nunes, 2010). O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), ligado ao bloco soviético, e mais tarde a União Nacional para Independência Total de Angola apoiada pela China (*Idem*).

A guerra em Angola foi sempre condicionada a partir do exterior, de acordo com as divergências ideológicas dos movimentos em luta, os quais eram Inimigos entre si, o que beneficiava a ação militar portuguesa (Nunes, 2010).

As primeiras ações não passaram de tentativas frustradas de assalto a um aquartelamento da Polícia Móvel, a estabelecimentos prisionais e ainda um ataque a três agentes da Polícia de Segurança Pública na cidade de Luanda (EME, 1988). Mas a partir de 15 de Março de 1961 ocorrerem massacres não só às populações brancas, mas também a mestiços e negros que com eles trabalham (Afonso & Gomes, 2000). Ocorreu ainda a destruição de várias povoações e fazendas isoladas, bem como obstrução e cortes nas estradas (*Idem*).

A 23 de Março, Portugal após inúmeras tentativas de justificar a sua posição e as duras acusações sobre a recusa de entrega de resposta a inquéritos por parte da ONU, recusa a discussão da proposta de quarenta países sobre o futuro de Angola (Alves, 2010). Nestas condições e face à perda de apoio tanto do Reino Unido como dos EUA, Portugal aumentou a proximidade à França e à RFA para conduzir o exigente esforço militar nos seus Teatros de Operações (Telo, 2010).

Portugal desde 1956 preparava-se ativamente para a Guerra de África, mas os seus resultados até 1961 foram muito limitados, muito pelo facto da falta de apoio do Reino Unido e dos EUA, o que revelou inúmeras deficiências no começo da guerra em Angola (Telo, 2000a). Portugal na sua preparação, afirmado por António Telo (2000a, p. 31)

“Tudo tem de ser improvisado à pressa, e os portugueses fazem verdadeiros «milagres» neste campo”.

3.3. A preparação de Portugal para a guerra

A Guerra de 1961 a 1974 em África, foi traduzida como guerra subversiva¹⁹ para as autoridades portuguesas e guerra de libertação ou revolucionária²⁰ para os movimentos independentistas, no que toca ao emprego tático, recurso a meios e processos muito limitados, “... com forças ligeiras, dispersas e clandestinas ...” (Afonso & Gomes, 2000, p. 14), deve ser classificada como Guerra de Guerrilha²¹ (*idem*).

A preparação de Portugal para a Guerra de África começa a compor-se antes do início da guerra em Angola, em 1961. Paralelamente a esta evolução, Portugal entra para a OTAN, que marca uma das fases fundamentais de profundas mudanças estruturais e funcionais nas Forças Armadas e na política de defesa do país, com a reinserção do país no Sistema Internacional, com consequente mudança da doutrina militar portuguesa (Telo, 2000b). Com a OTAN, vigorou o conceito de uma força armada moderna e menor, e concentrar as forças do ultramar nas capitais das províncias. Face aos acontecimentos, aumentou o poder de reforço das províncias ultramarinas em caso de guerra, deixando para segundo plano a participação de forças nacionais na Europa e o objetivo de reforçar a metrópole, como a filosofia do antecedente assim o defendia (*idem*).

As alterações foram efetivadas assim que aprovados a 15 de Março e 2 de Abril de 1958, os Decretos-Lei n.º 41.559 e n.º 41.577, respetivamente. Este novo conceito permite uma nova reorganização das unidades militares das colónias, tendo estas alargado a sua presença por todo o território, deixando de se concentrar nas capitais (Duarte, 2002).

Durante este período outros exércitos (França, Reino Unido, EUA) haviam tido conflitos de natureza subversiva, aos quais desenvolvem-se grandes princípios doutrinários para a guerra de contra-subversão e de contraguerrilha adaptados ao seu caso, nomeadamente na Indochina, na Argélia, na Malásia e até no Quénia (Afonso & Gomes, 2000). Tais acontecimentos alertam Portugal para a necessidade de se preparar para uma

¹⁹ O conceito é abordado no Capítulo 5.

²⁰ É uma guerra total, que na sua finalidade ou no seu campo de ação, propõe-se transformar toda a humanidade pela destruição de tudo quanto se oponha ao comunismo, utilizando todos os meios e todos os processos possíveis (EME, 1963a).

²¹ O conceito é abordado no Capítulo 5.

nova tipologia de conflito. Segundo David Martelo (2000), a 12 de Outubro de 1959, sob diretiva do EME, Portugal inicia a preparação da defesa das suas províncias face à prevista eclosão de ações de guerra subversiva.

Neste período foram enviados oficiais portugueses para frequentar cursos de contraguerrilha no estrangeiro, nomeadamente nos EUA, França, Reino Unido, Bélgica, Espanha e Argélia. Eis que em 1960, é criado em Lamego, o Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE), com a finalidade de preparar os militares dos quadros para o tipo de operação de contraguerrilha que o Exército poderia ter de enfrentar a curto prazo (EME, 1990).

Apesar de todo o esforço do Exército Português de adaptação a esta nova realidade, também a Armada e a Força Aérea procuraram adequar os seus meios e formas de atuação a esta nova tipologia de Guerra. A Armada preparou unidades de fuzileiros especiais, com organização típica às forças anfíbias do Reino Unido, reativando a sua infantaria (Afonso & Gomes, 2000). A Força Aérea dotou as suas tropas Pára-Quedistas de meios e instrução adequados à guerra de contraguerrilha, bem como deu aso à sua reorganização nos territórios ultramarinos com a criação de regiões aéreas e a construção de uma rede de bases e aeródromos-base (Moreira, 2001).

Durante a década de 50 Portugal e as Forças Armadas Portuguesas passaram por um período de evolução, quer a nível das mentalidades, quer a nível da doutrina, dos meios e da organização. Surgia então um novo desafio, já antevisto, o qual iria obrigar a um maior esforço de Portugal durante treze longos anos.

3.4. A aquisição de armamento

A neutralidade de Portugal durante a Segunda Guerra Mundial resultou num afastamento do país com a Comunidade Internacional. Após entrada de Portugal para a OTAN em 1949, foi registado um atraso não só a nível da doutrina e organização das forças, mas também a nível dos meios e equipamentos. No início, o atraso na tecnologia do fabrico e a compreensão das necessidades das Forças Armadas Portuguesas levaram a preferir comprar do que produzir (Herdade, 2001).

Em 1935, uma hipotética ameaça criada pela Guerra Civil de Espanha, e o pulsar das tensões na Europa com o início da Segunda Guerra Mundial é aprovado um plano para reequipar o Exército Português (Tavares, 2005). No que toca ao reequipamento, Portugal

aumenta a sua independência em relação ao Reino Unido e a partir de 1938 recorre cada vez mais ao apoio de RFA como fornecedora de armas (*Idem*). A partir deste período e com a posição neutral de Portugal à Segunda Guerra Mundial, estagnou o seu desenvolvimento na componente militar.

A adesão de Portugal à OTAN e o clima da Guerra-Fria veio desenvolver grandes alterações nas Forças Armadas Portuguesas, principalmente no que toca à formação militar, organização de unidades, procedimentos táticos e principalmente na modernização de equipamentos e armamento (Pinto, 2009). Afirmado por Tavares (2005, p. 41) “...constituiu um ponto de partida para uma verdadeira revolução...”. Toda a inovação potenciou o desenvolvimento da indústria militar, substancialmente mais atrativo para o Estado, obrigado o acompanhar da evolução tecnológica que a introdução de um novo armamento acarretava, por forma a servir as Forças Armadas com eficácia (*Idem*).

A crise do Suez de 1956-1957, após intervenção dos EUA, resultou numa humilhante retirada do Reino Unido e da França, provocando não só uma inversão da política portuguesa, mas também degradação dos países europeus com colónias em África, conduzindo a uma evolução da OTAN e da Europa, alertando para um novo impulso de movimentos nacionalistas nos territórios coloniais (Nunes, 1999). Portugal inicia uma série de medidas de carácter militar para defender os seus territórios coloniais.

Com o eclodir da Guerra de África um novo desafio surgiu, dar resposta às necessidades a nível de material às forças em combate, assegurando pronta e eficazmente a prestação de serviços e apoio (Tavares, 2005).

O armamento e equipamento do Exército Português no início da guerra no TO angolano provinham de três períodos distintos: - material do final da década de 30 essencialmente de origem alemã, caso da espingarda Mauser, e italiana, caso da metralhadora Breda; - material recebido durante a Segunda Guerra Mundial; - material recebido após a entrada na OTAN em 1949 destinado essencialmente à Terceira Divisão, em permanência no Campo Militar de Santa Margarida (Pinto, 2009), sendo este material de uso restrito, estava limitado à área abrangida pela OTAN, a Norte do Trópico de Câncer, o que não incluía os territórios ultramarinos portugueses (Gomes, 2000). Esta realidade prolongou-se desde 1917 até 1961, podendo dizer-se que Portugal continuava com a quinta geração²² de armamento, vulgarizada pelas armas automáticas coletivas, com aumento da cadência de tiro, enquanto outros exércitos europeus experimentavam, durante

²² Vide Apêndice B.

toda a década de 50, armas automáticas ligeiras, nascendo em termos globais uma nova geração, mas que Portugal foi uma exceção à regra ao não ter acompanhado o ritmo de inovação dos grandes poderes militares da época (Telo & Álvares, 2004).

A posição de Portugal relativamente à autodeterminação e colonialismo provocou o afastamento tanto do Reino Unido como dos EUA, deixando estes de apoiar ativamente as políticas coloniais europeias (Telo, 2010). Por essa razão existia um embargo político à venda de material bélico ao nosso país. Sem existir um imprescindível apoio do estrangeiro e dado a fraqueza do aparelho produtivo nacional a nível técnico-industrial, houve muitas dificuldades na obtenção de meios para a Guerra de África (Afonso & Gomes, 2000).

No Norte de Angola, a 15 de Março de 1961, os ataques da UPA abriram as hostilidades e obrigaram a uma rápida e inesperada mobilização militar. Em 1 de Maio chegava a Luanda o primeiro contingente de Portugal, semanas depois, em 10 de Julho, deu-se início à Operação Viriato destinada a reocupar o que até então estava nas mãos do Inimigo (Tavares, 2005). Tavares (*Idem*, p. 53) afirma que “... qualquer reorganização da indústria militar numa situação de guerra poderia implicar sérias perturbações no abastecimento às tropas em combate, o que era de todo conveniente evitar ...”.

A maior parte do material ainda em uso, era obsoleto e desajustado à organização e doutrina táctica vigente (Herdade, 2001), para além do calibre das armas não ser o apropriado. Com a intensificação dos combates, Portugal foi obrigado a mobilizar cada vez mais meios humanos, que teve de armar e equipar, recorrendo à improvisação e adaptação dos meios, e aproveitamento do armamento disponível (Tavares, 2005).

Nestas condições e devido à perda de apoio do Reino Unido e dos EUA, Portugal tem de se conciliar com outros parceiros, para levar a cabo todo o esforço militar na Guerra de África (Telo, 2010). A RFA era desde 1955 fornecedora de armamento ao Exército Português e entre 1960 e 1962, redigido por António Telo (*Idem*, p. 16) “... são assinados cerca de três dezenas de grandes acordos de cooperação entre a RFA e Portugal no campo da defesa (...) sobretudo, a modernização da indústria de defesa de Portugal e a aquisição de armamento alemão em grande escala”.

A França apoia igualmente o esforço português em África, desenvolvendo uma aproximação política e militar, pois esteve envolvida no conflito da Argélia, semelhante ao caso português, condenado pela ONU (*Ibidem*).

Em 1960 iniciaram-se investigações para a adoção e inclusive o fabrico nacional na Fábrica de Braço de Prata de uma espingarda automática ligeira, e o início da Guerra de África veio aumentar a necessidade de armar as Forças Armadas Portuguesas com uma

arma moderna que substituísse a espingarda de repetição Mauser²³ 7,92 mm (Tavares, 2005). A OTAN teve responsabilidades por essa necessidade, impondo a uniformização dos calibres das armas ligeiras para o 7,62 mm (Gomes, 2000). “Portugal até 1961 tinha como padrão o cartucho alemão de 7,92 mm e, como secundário, o cartucho britânico de 7,7 mm...” (Telo & Álvares, 2004, p. 25).

Em Angola, no início da guerra, os ataques em massa não podiam ser eficazmente contrariados com uma arma de repetição, pelo que procurou-se selecionar uma arma que não só garantisse a satisfação das necessidades operacionais, mas também pudesse ser fabricada em Portugal (*Idem*). Três armas se apresentaram como potenciais candidatas: a FN FAL²⁴ de origem belga, a AR-10²⁵ de origem americana e a G3²⁶ de origem alemã (Tavares, 2005). A AR-10, por ser concebida nos EUA e produzida na Holanda, os dois países da OTAN mais críticos em relação à política africana de Portugal, é posta de parte e viria a ser adotada pelas tropas Pára-Quedistas (Telo & Álvares, 2004). Como resultado só duas armas permanecem nas opções, a FN FAL e a G3. Ambas satisfaziam os requisitos operacionais, contudo, existia boas relações entre Portugal e a RFA que ditam a escolha da arma alemã, principalmente por esta estar disposta a autorizar, sob licença, o seu fabrico em Portugal (Tavares, 2005). A RFA acabou por encomendar 50.000 G3 a Portugal, para as Forças Armadas Alemãs (Pinto, 2009).

Surge assim em 1961 a sexta geração²⁷ de armamento ligeiro em Portugal, ano marcado pela mais ampla renovação do armamento ligeiro português, adotando espingardas automáticas ligeiras de calibre OTAN (7,62 mm) (Telo & Álvares, 2004), que no caso português não havia problema, pois o cartucho 7,62 mm já era fabricado em Portugal e exportado em larga escala para a RFA (Gomes, 2000).

Os primeiros contingentes enviados para África, em 1960, estavam armados com a espingarda de repetição Mauser e com as pistolas-metralhadoras FBP²⁸ (Pinto, 2009).

Neste período, qualquer fornecimento de material bélico a Portugal era de extrema delicadeza, o que dificulta aquisição deste armamento (Gomes, 2000). O General Luís Maria da Câmara Pina²⁹ afirmou que a produção “...da espingarda “G3” em Portugal tem enorme importância não só sob o ponto de vista militar como do ponto de vista nacional

²³ Vide Anexo D, Figura n.º 13.

²⁴ Vide Anexo D, Figura n.º 14.

²⁵ Vide Anexo D, Figura n.º 15.

²⁶ Vide Anexo D, Figura n.º 16.

²⁷ Vide Apêndice B.

²⁸ Vide Anexo D, Figura n.º 18.

²⁹ Chefe do Estado-Maior do Exército em 1961.

(...) estamos empenhados em que a ideia se materialize o mais rápido possível”³⁰. O fabrico nacional da G3 na Fábrica Braço de Prata ficou decidido em Junho 1961, saindo as primeiras armas quinze meses depois, em Setembro de 1962 (Pinto, 2009).

Antes da adoção da G3, a distribuição prevista de armas automáticas era a de FN para Angola e de G3 para Moçambique, mas dada a demora da entrega das FN, foram enviadas G3 para equipar um maior número de unidades do que o lote de FN permitia³¹. O mesmo autor afirma que “...só por despacho de 18/9/65 do CEMGFA a G-3 foi considerada «arma regulamentar» ” (Gomes, 2000, p. 359). Apesar de terem sido adquiridas à RFA exemplares de G3 em 1961 para a Guerra de África, só em 1962 as primeiras armas fabricadas em Portugal são entregues às Forças Armadas, mas oficialmente foram recebidas em 1963 (Telo & Álvares, 2004).

Tanto o equipamento como armamento das forças militares para a guerra de contraguerrilha deve ser adaptado ao Teatro de Operações (clima, terreno e Inimigo), proporcionando às forças em combate um diferencial de potencial que lhes permita uma melhor adaptabilidade ao meio (Afonso & Gomes, 2000).

3.5. O Teatro de Operações angolano

O estudo e a compreensão do TO angolano são primordiais para as ações que envolveram o Exército Português. Condicionou as táticas, técnicas e procedimentos, bem como a organização para o combate. Portugal encara uma nova luta armada, com diferentes fatores que ditam a ação militar como o terreno e o inimigo. Angola encontrava-se distante de Portugal, mas não era o único obstáculo.

“A primeira condição de sobrevivência do combatente na guerra de guerrilha é saber tirar o melhor rendimento do meio em que atua” (Aniceto & Gomes, 2000, p.107).

Angola é uma região ocidental do continente africano que se localiza na costa sudoeste de África³², e de acordo com John P. Cann (2005), a dimensão compacta de Angola é de 1.264.314 quilómetros quadrados, o que equivale a uma área cerca de catorze vezes a superfície de Portugal, ou tão grande como a Espanha, a França e a Itália juntas.

³⁰ Cfr. AHM - *Documento do General Luís Pina da Repartição do Gabinete do EME – Ao Quartel Mestre General Fabrica de Braço de Prata e Direcção de Serviço de Material 4.ª Repartição, Processo 2.120.2.1.3.1/62*, 1962.

³¹ Vide Anexo C, Figura n.º 4, Cfr. ADN - *Memorando sobre Espingardas Automáticas*.

³² Vide Anexo A.

Cann (2005) expõe que a sua fronteira terrestre abrange 4.837 quilómetros, com o Congo ex-Belga (Zaire), a Rodésia do Norte (Zâmbia) e do Sudoeste Africano (Namíbia) e uma fronteira marítima de 1.706 quilómetros (Rodrigues, 1999), banhada pelo Oceano Atlântico³³.

Podemos dividir em três o TO angolano: - Cabinda, o Norte e o Leste. Em todos estes territórios o clima não é uniforme, pelo que passa desde o equatorial de Cabinda, climas tropicais no Norte e o semidesértico no Sul, com uma época seca e uma época das chuvas, que nesta ultima torna as picadas³⁴ praticamente intransitáveis, que condicionava altamente as operações (Afonso & Gomes, 2000). Em Cabinda, densidade florestal, a humidade e as elevadas temperaturas dificultam a manobra e a ação do Exército Português (*Idem*). O Norte, que abrange a parte central, tem particular importância. Mais de 2.000 quilómetros de serras, pântanos e densidade de vegetação, sobe em plataformas, e parte da fronteira abrangida pelo rio Congo possui ilhas densamente arborizadas, o que fornece excelentes cobertos para os guerrilheiros, bem como o caudal dos rios que dificulta as manobras militares (Cann, 2005). A Leste, as savanas, a amplitude térmica com altas temperaturas de dia e o frio à noite (Afonso & Gomes, 2000), que abrangendo o Sul do país, com as densas matas de capim³⁵ com três metros de altura, provocam grande desgaste nas forças regulares (Cann, 2005). Portugal não estava preparado para combater neste terreno e clima adverso. A sua preparação estava centrada para um ambiente onde a sua atuação focava-se no centro da Europa. Segundo o General Joaquim Chito Rodrigues (1999, p. 56) toda a diversidade do TO angolano levou a “...exigir meios e formas de atuação militar diferenciadas”.

A adaptação do armamento face ao clima e ao terreno bem como a doutrina no TO angolano foi umas das exigências requeridas.

No início da guerra em Angola o General Silva Freire assumiu a responsabilidade de normalizar a situação até a ONU discutir a “Questão de Angola”, dividindo o território angolano em quatro Zonas Militares, tendo criado a Zona Militar Norte, Leste, Centro e Sul³⁶ (Nunes, 2010). Esta divisão permite montar o dispositivo das Forças Armadas Portuguesas à medida que chegam de Portugal (*Idem*).

³³ Vide Anexo B.

³⁴ Estradas estreitas através do mato (Instituto de Lexicologia e Lexicografia, 2001). Vide Anexo D, Figura n.º 19.

³⁵ “Designação genérica de várias espécies de plantas...” (Instituto de Lexicologia e Lexicografia, 2001, Vol. I, p. 608).

³⁶ Vide Anexo B.

O terreno sempre criou inúmeras dificuldades às forças portuguesas, mas por outro lado era uma grande ajuda para o Inimigo que podia viver no mato, durante longos períodos de tempo, devido à abundância de caça e frutos selvagens que lhe forneciam um alimento variado e proteção (EME, 1998).

O Inimigo individualizava-se em movimentos de autodeterminação tais como o FNLA e o MPLA, em forças de guerrilha, os quais desenvolveram ações violentas em Angola (Rodrigues, 1999). As primeiras ações foram executadas de forma desorganizada e com pouca disciplina de combate (EME, 1998). Com o desenvolver da guerra as capacidades em combate evoluíram. As suas características principais eram a clandestinidade, a rusticidade, a mobilidade e a fluidez, baseando-se na sua excelente adaptação aos terrenos difíceis, que conheciam melhor do que as forças regulares ao qual Afonso & Gomes (2000, p. 106) descrevem que “... esta excecional fluidez foi a causadora de grande parte das dificuldades que as tropas portuguesas tiveram de enfrentar”.

O conhecimento do TO é ditador. Em Angola foi necessário reestruturar o modo português de atuar, face a um novo TO. As pequenas unidades de guerrilha opositora, os climas e o terreno, levaram Portugal a tomar medidas, e a urgência em retificar algumas deficiências, dando um maior grau de autonomia a pequenos escalões como o pelotão, designado de grupo de combate, para atuar contra a subversão, e a necessidade de adquirir material mais adequado para a Guerra de África, especialmente no que respeita à adaptação doutrinária e armamento.

Capítulo 4

Espingardas orgânicas do Exército Português no Teatro de Operações angolano

4.1. Introdução

O acompanhamento e compreensão do armamento ligeiro português são fundamentais para entender de que forma Portugal evoluiu no campo militar e as suas implicações que advêm de tal evolução (Telo & Álvares, 2004). São fatores condicionantes da organização dos exércitos e da sua tática, essenciais à total compreensão da história militar, tal como o fator humano, mas que o tipo, qualidade e quantidade dos meios influem nos êxitos e fracassos militares (Herdade, 2001).

Alguns autores como Armando Paschoa (1951, p. 7) afirmam que os “... elementos fundamentais do combate são: o homem e o armamento”. O seu aperfeiçoamento, desde a eficácia aos seus alcances e efeitos, dependem da confiança do próprio exército, bem como a técnica, a qual se encontra sempre em evolução, tem realçado consideráveis consequências e utilidades no campo da luta, torna o homem numa máquina, obtendo rendimento compensador do seu esforço e do esforço da nação que nele deposita inabalável confiança para atingir os seus objetivos (*Idem*).

No que respeita ao armamento ligeiro português durante a Guerra de África, no começo da luta armada em Angola, percebe-se rapidamente que a grande deficiência portuguesa residia no armamento ligeiro (Telo & Álvares, 2004). Era necessário uma renovação bélica a fim de obter maior poder de fogo, substituindo as espingardas de repetição Mauser por espingardas automática ou semiautomáticas, que se tinham vulgarizado na Europa dez anos antes (*Idem*). De facto, a existência na Guerra de África de espingardas de fabrico diferenciado (Mauser, de repetição, G3 e FN automática), torna

inevitável a urgência de armar as Forças Armadas, para responder a uma agressão insólita, porque poderia afetar a capacidade operacional do Exército Português³⁷.

Portugal testou três modelos (FN FAL, AR-10 e a G3), os quais reuniam requisitos operacionais imprescindíveis: carregador de munições independente e de maior capacidade; possibilidade de seleção do tipo de tiro; arma mais compacta (Telo & Álvares, 2004). Estas especificações eram o resultado da constatação de que o soldado debaixo do *stress* e do fogo em combate, jamais conseguia usar todo o potencial de longo alcance de uma arma de repetição (Andrade, 2007).

No presente capítulo pretende-se dar a conhecer melhor as espingardas orgânicas que equipavam o Exército Português, no período de 1961 a 1964, durante a primeira fase de luta armada em Angola. Procura-se dar ênfase às espingardas que marcaram a Guerra de África e a necessidade que houve em adquirir um novo sistema de armas automáticas para fazer face à guerra de guerrilha. Pôs-se de parte a espingarda AR-10, porque como já foi referido no capítulo anterior, não foi uma espingarda relevante, passou apenas por uma aquisição de armas onde elas estavam disponíveis, tendo sido comprado um lote na Holanda, e porque poucas foram fabricadas concluindo a sua produção em 1961 (Hogg & Weeks, 1977). Falar-se-á em específico da Espingarda Mauser 7,9 mm m/937, da Espingarda FN FAL 7, 62 mm m/961 e a mais relevante para o estudo a Espingarda G3 7,62 mm m/961 e m/963.

4.2. Espingarda Mauser 7,92 mm m/937³⁸

Arma ordinária de retrocarga de tiro simples ou de repetição, destinada a executar tiro eficaz até 400 metros e de precisão até 800 metros quando provida de alça telescópica, adequada ao combate corpo a corpo, especialmente em períodos de visibilidade reduzida quando se lhe adapte o sabre-baioneta (Braga, 1939). Tem capacidade de carregamento até cinco munições (Denis & Archer, 1976) com depósito fixo e central, e velocidade de tiro ajustado de dez tiros por minuto (Paschoa, 1951).

As Mauser em 1937 chegam em três modelos, o m/937, o m/937-A e m/937-B, com ligeiras diferenças no que respeita ao cano, aparelho de pontaria, coronha e nas guarnições como o protetor do ponto de mira e da boca, as braçadeiras de fixação da bandoleira e a

³⁷ Cfr. AHM – *Parecer do General Luís Pina – Necessidade Urgente de Espingardas Automáticas*, 1961.

³⁸ Vide Anexo D, Figura n.º 13.

bandoleira (*Idem*). Em especial no aparelho de pontaria a linha de mira é axial, alça de ranhura simples de quadrante com cursor e apoios curvos graduada de 1 a 20 hectómetros, em que a ranhura no modelo m/937-A é em “U” e em “V” no modelo m/937, com ponto de mira de secção retangular no m/937-A e triangular nos outros modelos (Telo & Álvares, 2004).

Entre 1928 e 1937, realizam-se em Portugal estudos e testes para a adoção de uma nova espingarda, tendo a Comissão de Rearmamento de Infantaria a ideia de adquirir uma espingarda semiautomática, mas as opiniões conservadoras vingaram, muito pelo facto de a espingarda regulamentar ser a Mauser-Vergueiro, e por outro lado a facilidade proporcionada pela RFA na sua montagem sob licença na Fábrica Braço de Prata (Pinto, 2009).

A espingarda Mauser 7,9 mm m/937, também designada de Mauser 98K ou Mauser *Gewehr* 98, foi adquirida por Portugal à RFA em 1937, sendo as primeiras espingardas distribuídas às unidades no final desse ano (Paschoa, 1951). Segundo Renato Pinto (2009) foram adquiridas 100.000 espingardas, parte delas completas outras em peças para montagem em Portugal, havendo inicialmente algumas contestações devido a problemas como a dilatação dos canos e fraturas de peças, em que mais tarde verificou-se que eram resultado da má utilização.

A Mauser m/937 é a arma dos primeiros reforços que seguem para Angola em 1961 (Telo & Álvares, 2004). Porém, nesse ano começaram a chegar em quantidade as espingardas automáticas (AR10, FN FAL e G3), ocorrendo a rápida substituição das Mauser, as quais são empregues nas unidades de recrutamento local e às forças de autodefesa³⁹ em África, enquanto outras são usadas em instrução, apesar do Exército Português já usar a espingarda G3 (*Idem*). Embora seja uma excelente arma, não se adequava à luta decorrida em África, podendo ser utilizada apenas como arma de *sniper*, ou em defesa de aquartelamentos (Dias, 2008).

Estas espingardas Mauser serviram muito bem até 1960, quando as necessidades operacionais obrigaram à sua substituição por armas automáticas ligeiras de calibre 7,62 mm (Herdade, 2001), ficando na memória como uma arma de confiança, bem construída, acabada e muito precisa e eficaz (Pinto, 2009). “A venerável «98», uma das melhores espingardas de ferrolho que alguma vez se fabricou...” (Telo & Álvares, 2004, p. 143).

³⁹ Forças constituídas pela população civil residente em geral.

4.3. Espingarda FN FAL 7,62 mm m/961⁴⁰

Arma automática individual de tiro tenso, que permite fazer tiro automático e semiautomático até 400 metros com precisão, lançamento de granadas, utilizada no combate corpo a corpo quando armada de sabre-baioneta (Escola Prática de Infantaria, 1961), alimentada por um carregador independente e central com capacidade até 20 munições (Telo & Álvares, 2004). A linha de mira é axial, com alça de lâmina com cursor e apoios retilíneos, graduada de 2 a 6 hectómetros e ponto de mira de secção retangular com base circular graduada (*Idem*).

Em 1946 a Fabrica Nacional da Bélgica redimensionou a espingarda semiautomática M49, de calibres 7,92 mm, 30.06 e 7 mm para o calibre OTAN 7,62mm, alterando a sua designação para FN FAL (*Fusil Automatique Légere*), a qual foi um sucesso (Denis & Archer, 1976). A FN FAL foi comprada ou fabricada sob licença em noventa e dois países (Telo & Álvares, 2004), entre os quais no Reino Unido com a designação de L1A1, Canadá com C1 e na Áustria com *Steyer58* (Dias, 2008). A RFA foi um dos Estados ocidentais que propôs à FN a produção no seu país da FN FAL mas com a designação de G1, a qual não foi aceite pela produtora, tendo a RFA adquirido os direitos da CETME (*Centro de Estudios Technicos de Materiales Especiales*) espanhola a qual designou-a de espingarda HK G3, a maior opositora da FN FAL (*Idem*).

Segundo Nuno Gomes *apud* Telo & Álvares (2004), em 1961 Portugal comprou à Bélgica 3.825 FN FAL⁴¹ e mais 970 com bipé, a fim de compensar a falta de metralhadoras ligeiras. Enquanto Portugal não era autossustentado no fabrico da G3, a RFA bem como a África do Sul aceitaram emprestar cerca de 30.000 FN FAL, a maioria devolvida assim que a G3 começa a ser produzida em quantidade na Fábrica de Braço de Prata, logo a partir de 1962 (Telo & Álvares, 2004).

A maioria dos países do ocidente, entre 1950 e início de 1960, adquiriu espingardas automáticas, nomeadamente FN FAL e a G3, que representam um grande progresso, em relação ao armamento da Segunda Guerra Mundial (*Idem*).

⁴⁰ Vide Anexo D, Figura n.º 14.

⁴¹ Vide Anexo E, Figura n.º 20, a presença da FN FAL nas forças do Exército Português.

4.4. Espingarda G3 7,62 m/961 e m/963⁴²

Arma automática, de tiro automático e semiautomático com um alcance útil de 400 metros e alcance máximo de 3800 metros. O sistema de funcionamento é de cano fixo, funcionando por ação indireta de gases, isto é, os gases exercem a sua ação/reação na culatra por intermédio da base do invólucro (Vitorino, 2004). Pode ser-lhe adaptado o Dilagrama que é um dispositivo para o lançamento de granadas de mão (EME, 1988). Ideal para o combate corpo a corpo, quando adaptado o sabre-baioneta, com carregador central e independente de capacidade até 20 munições. O aparelho de pontaria é de linha de mira axial, de alça de *dioptr* com tambor rotativo dos 200 a 300 metros, para o modelo m/961 ou de 1, 2, 3 e 4 hectómetros, no modelo m/963, com ponto de mira de secção retangular (Telo e Álvares, 2004).

A origem da G3 advém do projeto de um grupo de engenheiros espanhóis no CETME no final da Segunda Guerra Mundial, aos quais se juntou o alemão Ludwing Vorgrimm, que trabalhou para a empresa Mauser na RFA, os quais desenvolveram a espingarda CETME, que foi adotada pelo Exército Espanhol (Dias, 2008). Após a entrada da RFA na OTAN, a firma HK foi responsabilizada pelo Governo alemão de adquirir a licença de fabrico da CETME com algumas alterações, surgindo a Espingarda Gewehr 3 ou mais conhecida por G3, de calibre 7,62x51 mm, adotada pelo exército da RFA em 1959 (*Idem*).

A G3 foi um sucesso, rivalizando com a FN FAL, pois foi adotada por muitos países ocidentais que não tinham optado pela FN (Telo & Álvares, 2004). Estava a armar exércitos de mais de cinquenta países, deste a Grécia, Noruega, Irão, México, Paquistão, Suécia, Turquia e Portugal (Dias, 2008). Segundo Telo & Álvares (2004, p. 195) “...Portugal procurou a urgente modernização do armamento ligeiro em 1961, a G3 surge como opção lógica, pois era uma arma moderna, já testada em África e no Médio Oriente, e as relações com a RFA eram ótimas, pelo que havia a certeza de que não seriam levantados problemas políticos”. Pelo Aditamento ao memorando sobre Espingardas Automáticas⁴³ do General Luís Pina, este admitia como mais prático e vantajoso o fabrico da G3 em Portugal, pois teria o apoio de uma grande indústria, produção de um tipo de espingarda usada por um exército numeroso, o caso da Alemanha, com responsabilidades

⁴² Vide Anexo D, Figura n.º 16.

⁴³ Vide Anexo C, Figura n.º 5, Cfr. AHM - Aditamento ao Memorando sobre Espingardas Automáticas pelo General Luís Maria da Camara Pina, 1961.

militares crescentes e a possibilidade de adoção imediata dos aperfeiçoamentos que se fossem descobrindo.

As primeiras G3 adquiridas eram em coronha e fuste de madeira⁴⁴ (Dias, 2008). Com os trabalhos preliminares no mês de Setembro de 1961 foi legítimo supor que, em condições normais, a produção de G3 em Portugal deveria começar no final de 1962, dentro de um período de 15 meses⁴⁵.

Em 1962, sob licença pela Fábrica de Braço de Prata, surgiram as denominadas G3A3, com a adição de um novo supressor de chama⁴⁶, coronha e fuste em plástico e a G3A4, com coronha rebatível (Dias, 2008). As primeiras armas de fabrico nacional são empregues em 1962, embora oficialmente só sejam recebidas em 1963 (Telo & Álvares, 2004). Em comparação com as antigas armas ligeiras das Forças Armadas, a G3 era vista como uma arma sofisticada, pois era uma espingarda automática, que podia rapidamente disparar em quantidade considerável (Paiva, 2007). À semelhança da FN, a G3 tem a capacidade de adaptar um bipé destinado a compensar a falta de metralhadoras e dar maior poder de fogo automático às secções de atiradores (Telo & Álvares, 2004).

A avaliação operacional da G3 teve lugar em Angola em simultâneo com a FN FAL, nas companhias de caçadores especiais em 1961, em operações, concluído de um modo genérico que ambas as armas satisfaziam os quesitos operacionais, sendo as FN mais robustas e fáceis de transportas com alguns problemas no sistema de regulação de gases, enquanto a G3 tinha maior precisão, mas o sistema de retardamento na desobturação por roletes tinha tendência para quebrar (Gomes, 2000). A G3 revelou-se bem adaptada às condições ambientais de África, uma arma de confiança, relativamente fácil e barata de fabricar (Pinto, 2009), não ocorrendo tantas interrupções de tiro como a FN FAL (Dias, 2008).

O único defeito da FN era de exigir maiores cuidados de limpeza, em consequência de se tratar de uma arma de tomada de gases num ponto do cano⁴⁷. Criou-se a ideia com inconvenientes de ordem moral, de que a FN era muito melhor que a G3, ideia essa baseada no aspeto exterior e no conhecimento do muito mais baixo preço da segunda, e

⁴⁴ Vide Anexo D, Figura n.º 16, Primeira G3 da Figura.

⁴⁵ Vide Anexo C, Figura n.º 5, Cfr. AHM - *Aditamento ao Memorando sobre Espingardas Automáticas pelo General Luís Maria da Camara Pina*, 1961.

⁴⁶ Correntemente designado por Tapa-Chamas.

⁴⁷ Vide Anexo C, Figura n.º 6, Cfr. *Documento do Comando Militar de Angola ao Chefe da 3.ª Repartição do EME. Espingardas Automáticas*, 1961.

também porque esta não dispunha ainda de sabre-baioneta⁴⁸. Segundo o relatório de um oficial e um sargento mecânico de armamento ligeiro, a G3 parece menos robusta que a FN e que duas destas armas tiveram avarias em combate, resultantes da fratura dum rolete da culatra, inconveniente que achou grave caso se viesse a generalizar⁴⁹.

Na altura a nova espingarda automática foi um grande avanço tecnológico, proporcionando cadências de tiro incomparavelmente superiores à Mauser, com a particularidade de ser uma arma extremamente robusta e muito fiável, apta para qualquer tipo de operações e a sua manutenção e limpeza eram simples e rápidas (RI14, 2011b).

A nível de instrução foi necessário bastante treino para o soldado adquirir o hábito de executar sempre, exceto à ordem, tiro semiautomático, porque do ponto de vista operacional, gastar em quantidade e rapidamente as munições no meio de uma operação, seria um grave problema (Paiva, 2007). Apesar de ser uma arma automática, segundo Armando Paschoa (s.d. pp. 5-6) “...o tiro normal com que ela se deve efetuar é o tiro semi-automático (...), aproveitando a particularidade de alimentação automática para se obter um maior rendimento de tiro e implicitamente melhores condições da sua realização...”, que ao contrário das armas de repetição (Mauser), não é necessário retirar a arma da posição de tiro para proceder à extração, ejeção e recarregamento das munições até ao esgotamento do carregador ou no caso de ocorrer alguma falha de disparo.

Numa guerra que durou treze anos a G3 foi a arma que marcou a Guerra de África, de 1961 a 1974, provavelmente a mais conhecida e utilizada pelas Forças Armadas Portuguesas, sendo também a que mais gerações marcou como arma padrão do Exército Português. “Atrevemo-nos a dizer que (...) a arma mais difundida em todo o mundo poderia ser a G-3 em vez da universal AK-47 Kalashnikov, não só pela sua simplicidade mecânica mas também resistência a todo o tipo de tractos” (Vitorino, 2004, p. 25).

⁴⁸ Vide Anexo C, Figura n.º 8, Cfr. *Documento do Comando Militar de Angola ao Chefe da 3.ª Repartição do EME. Espingardas Automáticas*, 1961.

⁴⁹ Vide Anexo C, Figura n.º 7, Cfr. *Documento do Comando Militar de Angola ao Chefe da 3.ª Repartição do EME. Espingardas Automáticas*, 1961.

Capítulo 5

Alterações na organização, na doutrina tática e técnica do Exército Português, no Teatro de Operações angolano

5.1. Introdução

Na condução do combate os princípios fundamentais são eternos em todos os períodos da história, sendo fundamental doutrinar-se sobre o adversário, constituir uma força, escolher um ponto de ataque e executar a ação.

No presente capítulo propõe-se demonstrar as alterações que o Exército Português efetuou na organização, na doutrina tática e técnica, tendo sempre em conta os meios empregues, face à nova tipologia de combate a qual teve de se adaptar. Focando no objetivo do trabalho, cinge-se o estudo das alterações aos baixos escalões, em particular o escalão pelotão na resposta às forças de guerrilha que atuavam no TO angolano.

Desta forma aborda-se a passagem da Guerra Convencional à Guerra Subversiva, para dar a conhecer a necessidade da alteração doutrinária e proporcionar algum esclarecimento sobre que guerra o Exército Português enfrentara. A doutrina do Exército Português e a sua adaptação, numa perspetiva do modo de atuar, e por fim uma breve noção das forças guerrilha Inimigas e a sua evolução, porque o conhecimento doutrinário do adversário é fundamental para adequação das forças regulares e dos seus meios, bem como a sua adaptação.

5.2. Da Guerra Convencional à Guerra Subversiva

Após a Segunda Guerra Mundial, o conceito de guerra alterou-se, mudando a exclusividade de ser apanágio dos Estados. Surgiram outros atores de conflito com possibilidades de provocar a guerra e executá-la, tais como grupos populacionais de um

determinado território, apoiados ou não do exterior, o que levou à separação entre guerra internacional⁵⁰ e guerra interna⁵¹.

A guerra convencional, também designada de guerra clássica, é vista como um prodígio de luta armada entre dois ou mais Estados assistida pela suspensão de relações pacíficas, utilizando meios e procedimentos regulamentados pelo Direito Internacional⁵² (Couto, 1988). A nova tipologia de guerra que afetava Portugal, a guerra subversiva, era considerada uma guerra interna, pois segundo o Governo português, as províncias ultramarinas eram território de Portugal e não colónias.

A guerra subversiva é uma “...luta conduzida no interior de um dado território, por uma parte dos seus habitantes, ajudado e reforçados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com finalidade de lhes retirar o controlo desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua acção” (EME, 1963a, Cap. I, p.1).

As diferenças entre a guerra convencional e a guerra subversiva são evidentes, pois esta última decorre dentro do território e não em fronteiras com Estados inimigos, executada não por forças armadas de outro país, mas pela população do seu próprio território.

A Guerra de África (1961-1974) quanto aos objetivos foi considerada guerra subversiva para o Estado português e Guerra Revolucionária para os movimentos independentistas, mas ao nível tático, e face aos meios e processos empregues, deve ser classificada como guerra de guerrilha⁵³ (Duarte, 2002). Para fazer face a uma guerrilha, a qual pode atuar em toda a zona de ação e não à retaguarda de uma linha de contacto, surgindo e colocando-se em fuga a qualquer momento e lugar, tem de se adotar por uma tática apropriada, diferente da convencional e semelhante à da própria guerrilha, no que se refere a rapidez, agressividade, segredo e surpresa (EME, 1990). Segundo Abel Cabral Couto *apud* Duarte (2002, p. 5) “Durante muito tempo confundiu-se guerra subversiva com guerra de guerrilha, isto é confundiu-se o todo com uma parte das suas manifestações tácticas...”.

⁵⁰ Conflito armado entre nações, relacionado com questões de natureza económica, territorial ou ideológica (Instituto de Lexicologia e Lexicografia, 2001).

⁵¹ Conflito armado dentro de uma nação, relacionado com questões de natureza económica, territorial ou ideológica (Instituto de Lexicologia e Lexicografia, 2001).

⁵² “Conjunto de normas que regulam as relações entre os Estados, seus direitos e deveres” (Instituto de Lexicologia e Lexicografia, 2001, Vol. I, p.1268).

⁵³ “É uma guerra levada a efeito por forças de organização e características especiais, muito ligeiras, dispersas e clandestinas, contra as forças que controlam um dado território” (EME, 1963a, Cap. I, p.3).

Na guerra de guerrilha as operações militares de contra-subversão não compactuam com grandes operações, nem são executadas por grandes unidades de enormes efetivos. São na sua maioria operações de curta duração, levadas a efeito por unidades de escalão pelotão, cuja terminologia designava-o de grupo de combate, dentro de uma área de responsabilidade ou zona de ação (EME, 1990). Segundo um comentário final do Batalhão de Caçadores 155, normalmente as operações que mais causam efeito, as quais podem contar-se por centenas, foram com agrupamentos de combate ao escalão pelotão⁵⁴. Desta análise ao nível tático, as atividades dos baixos escalões foram fulcrais no desenvolvimento das ações, nomeadamente o grupo de combate, cingindo a estes a guerra de guerrilha. A nova tipologia de conflito só pode ter efeito através de procedimentos iguais aos dos guerrilheiros, por forças muito ligeiras, dispersas e clandestinas, contra forças insurgentes que controlam um dado território, caracterizando-se pelos meios e processos utilizados, o que lhe confere um carácter muito restrito (Duarte, 2002).

Mas como em todas as guerras, numa perspetiva macro, o Exército Português não estava preparado para uma guerra subversiva, da forma que os seus adversários atuavam, pois travar uma guerra de guerrilha exige grandes meios, é prolongada no tempo e o estado final é quase sempre desfavorável a exércitos regulares (David & Golias, 2000). Existia uma deturpada relação de forças entre os efetivos do Exército Português e os efetivos das forças insurgentes, pelo que é necessário compreender que as forças de guerrilha se encontram por toda a parte e não à retaguarda de uma linha de contacto bem definida, tal como na guerra convencional (*Idem*).

Assim Duarte (2002, p.9) expõe que “... a guerra de guerrilha é o processo privilegiado para a condução de uma guerra subversiva, na medida em que, ao contrário da guerra convencional, que se caracteriza fundamentalmente por ter como objetivo a defesa ou a conquista de territórios, a guerra de guerrilha tem por fim conquistar o homem, a população de um território”.

Ao Exército Português, no início da Guerra de África, opunha-se a uma nova forma de combate, à qual tornava-se extremamente necessário adaptar o seu exército. O combate atrás de uma linha de contacto bem definida deixa de existir, leva a que as táticas convencionais sejam adaptadas, para opor-se à irregularidade das operações de guerrilha (EME, 1963b).

⁵⁴ Cfr. AHM – *História da Unidade. Comentários Finais do Batalhão de Caçadores 155*. 1961.

5.3. A doutrina do Exército Português: a sua adaptação

Com a adesão de Portugal à OTAN, uniformizam-se doutrinas e procedimentos, impulsionando em 1959 estudos e importações de material e o desenvolvimento industrial do Exército (EME, 1988). Com o eclodir da Guerra de África, o Exército Português teve de se adaptar, requerendo uma íntima coordenação, que de início não houve (*Idem*).

Para agir de forma a evitar erros, o Exército Português, segundo John P. Cann (2005, p.68) “... tentou apresentar uma força devidamente estruturada, equipada e treinada logo nas primeiras fases da campanha em Angola, embora não o tenha conseguido totalmente”. O mesmo autor afirma que os maiores desafios e soluções do Exército Português foram, a reorganização completa das Forças Armadas e a dotação de procedimentos táticos nos baixos escalões, baseado na experiência de guerra, adaptado à luta de contraguerrilha a um ritmo lento e a custos contidos (*Idem*).

Segundo a doutrina portuguesa, o Exército Português desenvolveu processos de instrução e de atuação, organizando dispositivos específicos, que aproveitaram para obter uma melhor adequação dos meios disponíveis aos procedimentos das forças de guerrilha (EME, 1988). Obrigou os militares a tomar consciência que lutavam contra adversários cuja natureza era completamente distinta dos adversários convencionais (Aniceto & Gomes, 2000). Por consequência as unidades de artilharia e de cavalaria foram levadas a formarem batalhões e companhias de artilharia e cavalaria, com a orgânica e instrução da infantaria (EME, 1988). Segundo Hermes de Araújo Oliveira *apud* Cann (2005, p. 73) “...deve fazer-se uma adaptação total, não só em relação aos métodos operacionais, mas também na estruturação das unidades táticas adequadas - organização, equipamento e instrução -, de modo a que possamos estar concentrados no momento oportuno, na área ou na localização exacta do inimigo”.

Na adaptação do Exército Português foi fulcral para as forças regulares a publicação de alguns manuais, tais como em 1961 o “*Guia para o Emprego Tático das Pequenas Unidades na Contra Guerrilha*”, mas o mais importante de todos foi “*O Exército na Guerra Subversiva*” (Aniceto & Gomes, 2000). Neste manual uma das missões das forças regulares na guerra de contra-subversão consiste: “...combater bandos armados, as guerrilhas e as forças pseudo-regulares, executando operações militares defensivas e ofensivas” (Aniceto & Gomes, 2000, p.66). Face à missão foi necessário dividir o TO em quadrículas de unidades, a cada uma das quais foi atribuída uma zona de ação, dentro da qual desempenhavam as suas ações militares (EME, 1988).

As ações militares de contraguerrilha foram condicionadas pela capacidade de resistência dos meios⁵⁵ disponíveis ao terreno e ao clima (Cann, 2005). Todas os condicionantes deste TO angolano tornam rotineiras as operações de curta duração, raramente excedendo os quatro dias e executadas por unidades de escalão pelotão de 30 homens ou, por vezes, por uma companhia reduzida, isto é, três pelotões, que atuava dentro da área da sua responsabilidade (*Idem*).

Para o estudo abordar-se-á a tipologia de missões ofensivas, pois é o que possui maior destaque nas tarefas específicas de contraguerrilha, as quais expõem diferenças consideráveis em relação à guerra convencional e uso de meios.

Para este género de luta terá de se dispor de forças adaptadas, devidamente organizadas e preparadas, tática, técnica e psicologicamente, para a contraguerrilha (EME, 1990). São criadas forças com base na infantaria, designadas de caçadores, aproveitando o seu espírito e a preparação que lhe é instruída, melhorando as suas características específicas e capacidade de deslocamento a pé (*Idem*).

Quanto à organização das forças, uma companhia de caçadores teria cerca de 170 militares organizados em quatro grupos de combate, com logística própria (David & Golias, 2000), que se constituía a partir de três pelotões de caçadores e um pelotão de acompanhamento⁵⁶, em que cada grupo de combate recebia uma quarta parte das armas pesadas do pelotão de acompanhamento e cedia uma quarta parte dos atiradores, para que os quatro grupos tivessem equiparáveis em meios (Martelo, 2000). Por norma um dos grupos ficava em defesa do estacionamento da quadrícula, enquanto os outros três atuavam em operações de contraguerrilha (Cann, 2005). Segundo o mesmo autor (2005, p.65) “... a conduta das operações foi descentralizada até às pequenas unidades ...”

As operações ofensivas geralmente eram executadas com pequenos efetivos de escalão pelotão ou secção, desde patrulhas, a emboscadas e a Golpes de Mão (EME, 1990).

As patrulhas de nomadização⁵⁷ eram executadas rotineiramente, como uma ação geral a todas as operações, com maior importância na luta de contraguerrilha, sendo a forma mais eficaz de ação a desenvolver contra forças de guerrilha (EME, 1963b). Desta forma o Exército Português optou pelas “...pequenas patrulhas de homens bem treinados que pudessem penetrar em terrenos acidentados para pesquisar informação (...) (acção de

⁵⁵ Por meios, entende-se Pessoal e Material, *i.e.* militares e o seu armamento.

⁵⁶ Pelotão constituído pelas armas pesadas (Secção de Lança-Granadas-Foguete, Secção de Morteiros ligeiros e Secção de Metralhadoras).

⁵⁷ “Designa-se de nomadização um patrulhamento prolongado de reconhecimento e combate, realizado por forças muito móveis, com grande autonomia e acentuado espírito ofensivo” (EME, 1990, p.149).

reconhecimento) (...), matar guerrilheiros, dificultar a sementeira, a apanha de alimentos e o tráfego de correios (...) (ação de combate) ...” (Harmon *apud* Cann, 2005, p.101).

Esta ação de patrulhas de nomadização era de extrema dificuldade, exigia muito do combatente, mas era a ação mais eficaz no TO angolano. Para esta ação de patrulhas render, carecia de pessoal bem instruído e moralizado com aptidão física e psicológica para sobreviver no ambiente de guerrilha sem desgaste significativo, para tal a adaptação dos meios era essencial desde elementos de recrutamento local para melhorar a aptidão das patrulhas (*Idem*), a um novo armamento que fosse eficaz a todos os níveis num ambiente como o TO angolano.

Na redação de Colin Beer *apud* Cann (2005, p. 101) “Numa dessas patrulhas a leste de Angola um observador relatou ter seguido um grupo de guerrilhas durante três dias, guiado por um batedor local. Cercado e emboscado o grupo ao crepúsculo, os portugueses rapidamente o venceram pela surpresa e poder de fogo...”.

Apercebemo-nos que para além do fator surpresa o poder de fogo era essencial na guerra de guerrilhas, conseguido apenas pela inserção de espingardas automáticas nas forças regulares. As patrulhas de nomadização são o exemplo de uma alteração do modo de atuar, especificamente criadas para a guerra de guerrilhas, que só com espingardas automáticas, podiam ser de eficácia máxima. Podemos observar nesta redação que a emboscada era tida como uma operação subsequente após uma ação Inimiga.

A emboscada é uma ação ofensiva das patrulhas de nomadização, lançada de surpresa ou não, com a finalidade de capturar/aniquilar, impedir/retardar a mobilidade e recolher informações e material (EME, 1990). A surpresa na altura continua a ser a principal preocupação do comandante, porque caso contrário nunca conseguia emboscar o Inimigo (EME, 1963b)

O golpe de mão é também uma ação essencialmente ofensiva contra um Inimigo estacionado, consistindo num ataque de surpresa a um objetivo, após uma aproximação cuidada e em segredo, com a finalidade de capturar ou eliminar o Inimigo, primordialmente a destruição de instalações, abastecimentos, meios de combate e a recolha de informação (EME, 1990). Proceda-se a um isolamento da zona escolhida e evitar, assim, a fuga ou reforço do Inimigo, articulando convenientemente as forças empenhadas, designadamente com a implantação de um cerco à distância (*Idem*).

As inúmeras pequenas operações levaram a considerar “... a infantaria ligeira (...) a base das forças militares, dada a sua simplicidade e potência de fogo” (Cann, 2005, p.206).

Em suma o Exército Português para defrontar um Inimigo irregular teve de empregar métodos análogos, tais como: atuação no interior da selva em pequenos grupos muito treinados na contraguerrilha, dispersos, a pé, com logística própria e boas ligações rádio; uso de fogo apenas quando o efetivo Inimigo justifique; sigilo total no planeamento, desencadeamento e execuções das ações, para que, entre as rigorosas medidas a adotar, as próprias populações locais não dessem pela partida das forças para o cumprimento de qualquer missão; apoio de um serviço militar de informações capaz de orientar convenientemente as forças; e um grande emprego de armas ligeiras, mas de grande poder de fogo, apenas possibilitado pelo uso imprescindível de armas automáticas⁵⁸.

A forma de atuar do Exército Português ia sendo transmitida e aperfeiçoada, fortalecendo o desenvolvimento das pequenas unidades táticas e o equipamento adequado para o combate (Cann, 2005). Duas das grandes características dos comandantes na altura eram o carácter e a imaginação⁵⁹, tendo o seu planeamento duas especificidades fulcrais, o equipamento e o efetivo.

John P. Cann (2005, p.95) afirma que “...os portugueses adaptaram as suas unidades para o novo tipo de guerra em vez de tentar alterar a guerra...”.

5.4. A doutrina das forças de guerrilha: a sua evolução

As forças de guerrilha detinham grande rusticidade e mobilidade, características que eram o seu maior trunfo, baseadas na sua excelente adaptação ao terreno e ao clima, que conheciam melhor do que as forças regulares com menor mobilidade (Aniceto & Gomes, 2000). A sua fluidez foi causadora de grandes dificuldades que o Exército Português teve de enfrentar (*Idem*). “Como norma as guerrilhas recusavam o combate decisivo contra forças superiores, iguais ou mesmo inferiores, procurando evitar um empenhamento estreito com forças regulares e retirando logo que possível, dispersando ou refugiando-se nas suas bases” (*Ibidem*, p. 107).

O Inimigo que o Exército Português defrontou durante a Guerra de África em Angola, situa-se não só nesse território, mas também para lá da fronteira, particularmente,

⁵⁸ Cfr. AHM – *Documento relativo à Defesa de Angola. Instrução Pessoal e Secreta n.º 4., do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas para o Comandante-Chefe das Forças Armadas de Angola.* 1961.

⁵⁹ *Idem*.

no que respeita a elementos combatentes, no Congo ex-Belga⁶⁰. A finalidade da sua ação militar de guerrilha era contribuir para uma decisão e não para obter uma vitória imediata (Aniceto & Gomes, 2000). Apresentavam-se no início, massas de nativos (Pinheiro, 1963), as quais eram constantemente agressivas e destruidoras, mas com grande fluidez escapavam, antes que as forças regulares tivessem tempo para os enfrentar, reaparecendo rapidamente em outro local (David & Golias, 2000). No início o Inimigo, embora desarticulado, disperso e sensivelmente diminuído, beneficiou largamente do tempo e do apoio externo para se reconstituir e reforçar e, assim, desenvolver condições de renovar o esforço ou, pelo menos, de continuar a luta em novos moldes num curto prazo de tempo⁶¹.

Numa primeira fase os ataques eram executados contra forças regulares que apenas detinham espingardas de repetição, em que os opositores apresentavam-se em vagas sucessivas, com catanas⁶² em punho e sem se importarem com as baixas, dos quais muitos vinham drogados e outros convencidos que os disparos dos “brancos” não matavam (Felgas, 1968). “O emprego de armas automáticas veio porém desencoraja-los de semelhantes ataques que neles provocavam sensíveis baixas (...) a sua cautela aumentou, tanto mais que começavam a duvidar que os mortos ressuscitassem, como os feiticeiros lhes haviam prometido...” (*Idem*, p. 130). Mas depressa aprenderam a organizar-se em moldes militares, atacando geralmente por meio de emboscada (EME, 1998).

As forças de guerrilha iniciavam uma ação executando fogo a partir do capim, ou da selva, de ambos os lados da picada e a curtas distâncias, tirando grandes vantagens das árvores derrubadas nas curvas da picada para criar um obstáculo (*Idem*). Mais tarde passaram a abrir fogo a um dado sinal, o que indicava uma melhoria na instrução e disciplina de combate (*Ibidem*).

O seu poder de ação é incrementado pelo emprego de técnicas apropriadas e procedimentos cada vez mais elaborados, pelo que torna-se comum na ação de guerrilha os golpes de mão, emboscada, ataques de surpresa e armadilhas (Leandro, 1963). Mas inicialmente apenas, dispunham de algumas armas de caça roubadas, canhangulos⁶³, catanas e mocas, (Pinheiro, 1963). Com a evolução da guerra foram adquirindo em maior

⁶⁰ Cfr. AHM – *Documento relativo à Defesa de Angola. Instrução Pessoal e Secreta n.º 4., do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas para o Comandante-Chefe das Forças Armadas de Angola.* 1961.

⁶¹ *Idem*;

⁶² “...arma branca com uma grande lâmina larga de 14 a 50 cm de comprimento” (EME, 1998, p. 254).

⁶³ O canhangulo é uma arma artesanal extremamente perigosa quando disparado a curtas distâncias, os seus estragos causados pelos estilhaços da carga por vezes são superiores aos dos projéteis das espingardas estriadas (Felgas, 1968).

número, armas aperfeiçoadas, algumas delas automáticas (*Idem*), retiradas às patrulhas das forças regulares, ou capturadas nas Administrações e Postos aquando dos massacres em Março de 1961 (EME, 1998). Numa fase mais avançada, a maior parte das forças de guerrilha dispunham de pelo menos uma arma automática e ocasionalmente várias, que recebiam do Congo ex-Belga, tais como espingardas automáticas FN, pistolas-metralhadoras e munições (*Idem*).

Segundo Hélio Felgas (1968) a partir do mês de Abril de 1961 as forças de guerrilha já dispunham de armas automáticas, e os ataques às patrulhas militares passaram a ser frequentes.

Quanto à sua organização, de um modo geral, pode dizer-se que o grupo de guerrilha variava entre 10 e 40 elementos⁶⁴ (David & Golias, 2000). Os grupos de guerrilha atuavam normalmente por emboscadas a curta distância na ordem dos 10 a 20 metros⁶⁵, “...preparando abrigos junto aos itinerários que as forças portuguesas utilizavam nas suas patrulhas e colunas de reabastecimento” (Aniceto & Gomes, 2000, p. 140). Para esta ação a sua força era articulada em duas equipas, nas quais uma de armas automáticas e outra constituída por granadeiros, iniciando a ação com disparos em fogo automático, seguindo-se o lançamento de granadas de mão (*Idem*).

Tal evolução foi adquirida em formação e instrução, sob chefia de oficiais europeus muito experientes na guerra de guerrilha, unidades, segundo certas informações no valor de 5.000 homens⁶⁶.

“Durante o ano de 1962 verificou-se um aperfeiçoamento contínuo nos processos de actuação do Inimigo (...) com o aperfeiçoamento dos procedimentos táticos, verificou-se também uma melhoria no seu material de guerra podendo afirmar-se que, praticamente, no final do ano, as principais acções Inimigas eram realizadas, quase exclusivamente, com armas de repetição e automáticas” (EME, 1998, p.407). Estes agiam sem uniformes, em pequenos grupos, bem treinados, bem armados e possivelmente com elementos estrangeiros não negros, embora o grosso seja negro, e com o conhecimento do dispositivo orgânico do Exército Português⁶⁷.

⁶⁴ Vide Anexo E, Figura n.º 25.

⁶⁵ Vide Anexo E, Figura n.º 24.

⁶⁶ Cfr. AHM – *Documento relativo à Defesa de Angola. Instrução Pessoal e Secreta n.º 4., do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas para o Comandante-Chefe das Forças Armadas de Angola.* 1961.

⁶⁷ *Idem*.

A utilização crescente por parte das forças de guerrilha de engenhos explosivos foi evoluindo em paralelo com a melhoria dos procedimentos táticos, aumento da capacidade de comando e de armas automáticas, conjugando explosões, fogo e movimento⁶⁸ (EME, 1998).

5.5. Síntese conclusiva

O Exército Português não estava suficientemente equipado e doutrinado para fazer face a uma guerra de guerrilha. A evolução crescente do Inimigo levou Portugal a tomar medidas que vieram influenciar a condução da guerra, e a forma de atuar dos baixos escalões, por consequência do Soldado Português.

A aquisição de armamento foi um dos requisitos pertinentes, no decorrer das operações de contraguerrilha, para fazer face ao modo de atuar das forças de guerrilha e à evolução dos seus meios. Ambas as forças acumulavam experiência à medida que recebiam mais e melhor material, evoluindo a sua organização de forma a tirar o maior proveito da experiência e material adquirido.

⁶⁸ Vide Apêndice C.

Capítulo 6

A influência da Espingarda G3 na Guerra de África no Teatro de Operações angolano

6.1. Introdução

A utilização de uma arma automática, em particular a G3, veio trazer implicações na forma de atuar na Guerra de África no TO angolano, devido às suas características análogas ao armamento até então empregue pelo Exército Português. A utilização da G3 em Angola teve tal importância no desenvolvimento de técnicas, táticas e procedimentos em combate, que mesmo nos dias de hoje a sua utilização é fulcral. No que diz respeito à conduta de operações militares, o fator Meios foi sempre tido como primordial importância (EME, 1990).

O capítulo pretende dar a conhecer especificamente o modo de atuar de um pelotão de Infantaria no TO angolano, centrado nas influências tidas pelo uso de armamento análogo, nomeadamente a espingarda de repetição Mauser e a espingarda automática G3, a fim de verificar se existiram influências no modo de atuar do Exército Português com a implementação de uma nova geração de armamento.

6.2. O pelotão de Infantaria no Teatro de Operações angolano

Na Guerra de África em Angola, quanto à tática empregue, surgiu a necessidade de recorrer a meios e processos muito restritos, com forças ligeiras, dispersas e clandestinas, classificando-se esta como guerra de guerrilha (Aniceto & Gomes, 2000).

Portugal teve a necessidade de criar um exército totalmente novo, talhado unicamente para a contra-subversão, adaptando o exército que tinha a uma nova tipologia de combate (Cann, 2005). Foram constituídos novos Quadros Orgânicos no início da luta armada em Angola, com uma companhia de caçadores, com cerca de 170 militares,

constituído para o combate com um pelotão de acompanhamento, com três secções, das quais uma de lança-granadas-foguete, outra de morteiros ligeiros e uma de metralhadora, cada uma a três esquadras, e três pelotões de caçadores, cada com três secções de caçadores (*Idem*).

Esta organização resultou da necessidade extrema de abandonar as doutrinas convencionais e passar a constituir pequenos grupos de combate, com larga autonomia e mobilidade, bem treinados para situações duras e desconfortáveis, capazes de subsistir três a quatro dias completamente isolados e dependendo apenas de si próprio (Leandro, 1963). Estas exigências não foram atingidas apenas com alterações nos Quadros Orgânicos, mas sim pela disposição de maior e melhor armamento apropriado, ligeiro, mas com elevado poder de fogo, o qual levou por si a novas alterações na conduta da guerra, as quais estavam revistas, mas que o armamento disponível não o permitia executar na plenitude. Foi o caso das patrulhas de nomadização, criadas exclusivamente para a guerra de contraguerrilha.

Quanto ao armamento inicialmente distribuído, verificou-se a urgência de retificar algumas deficiências (EME, 1988). Teve-se de adaptar mentalidades ao género de luta que era imposto, não havendo dúvidas que o poder de fogo desempenha, neste género de guerra, um papel decisivo, nunca descorando o conhecimento de proporcionar os meios e sobretudo concentrar ponderadamente o seu emprego, cujas circunstâncias evoluíam constantemente (Leandro, 1963).

Para Joaquim Pinheiro (1963) a flexibilidade de espírito e a imaginação eram atributos essenciais dos comandantes de pelotão. “Era necessário ser metodicamente irregular nas operações, já que toda a regularidade favorece o adversário (...) É necessário ser diabolicamente ardiloso, o que exige muita imaginação” (Pinheiro, 1963, p. 206). A imaginação, todavia enquadrada pela linha doutrinária, permitiu usar a maior flexibilidade na adaptação constante da doutrina face aos fatores que condicionaram a manobra (EME, 1990).

Os condicionalismos que advieram da evolução da situação militar, aumentaram o ritmo de modernização de material, impondo certos condicionamentos fundamentalmente resultantes do valor e características do Inimigo e das características físicas das zonas de operações⁶⁹. Inicialmente o material e a orgânica adotada foi a que existia, adaptado a uma

⁶⁹ Cfr. AHM – *Documento relativo a Pedido de Informação sobre Política de Armamento – Ofício nº 3532 / C, Pº 162 / 67*, 1967.

guerra convencional, posteriormente um e outra foram sofrendo modificações aconselhadas⁷⁰, pela experiência em combate das pequenas unidades, nomeadamente o pelotão de caçadores.

6.2.1. No início do conflito com a Espingarda Mauser

As primeiras unidades que embarcaram para Angola, apesar da sua instrução focada para a guerra de guerrilha, seguiram equipadas com material do antecedente que estava em depósito, e algum recuperado ou mesmo sem condições mínimas de funcionamento. Foram dotadas com a pistola Parabellum 9 mm, a espingarda de repetição Mauser, a pistola-metralhadora FBP⁷¹, a metralhadora ligeira Dreyse⁷², as metralhadoras pesadas Madsen e Breda, a metralhadora Browning 12,7 mm, o morteiro 60, o lança-granadas-foguete e granadas de mão (EME, 1988).

Segundo Gomes (2000, p. 357) por “... razões de estandarização e de interoperacionalidade, aliada à existência de algum material obsoleto, levaram ao envio para as colónias das armas mais antiquadas”, distribuindo a cada companhia 110 espingardas de repetição Mauser, 12 metralhadoras ligeiras Dreyse e três metralhadoras Breda.

No que respeita à orgânica, o pelotão de caçadores, encontrava-se pouco aligeirado, com uma metralhadora ligeira por secção, algumas danificadas, e armamento pesado do pelotão de acompanhamento, o que trazia alguns inconvenientes no que respeita mobilidade, flexibilidade das forças e rentabilidade do efetivo de um pelotão. Em média um pelotão tinha um efetivo 35 homens, com três secções de atiradores, a uma esquadra com metralhadora ligeira Dreyse de guarnição a três homens (Apontador, Municizador e remunicizador) e duas esquadras de atiradores de três a quatro homens cada e equipados com espingardas de repetição Mauser.

O Batalhão 155 relatou na sua História de Unidade, que a Companhia de Caçadores 128 sofreu uma embosca, com uma rápida retirada das forças de guerrilha, após 15 minutos de combate, os quais faziam uso de armas automáticas, tirando partido do alto capim

⁷⁰ Cfr. AHM – *Documento relativo a Pedido de Informação sobre Política de Armamento – Ofício n.º 3532 / C, P.º 162 / 67*, 1967.

⁷¹ Vide Anexo D, Figura n.º 18.

⁷² Vide Anexo D, Figura n.º 17.

existente, mas que só pelo uso de granadas de morteiro 60 e do lança-granadas-foguete, estes bateram em retirada⁷³. A arma de repetição não tinha o efeito nem a capacidade desejada para este género único de luta, e como o armamento pesado do pelotão de acompanhamento era mais escasso e muito menos manobrável que uma arma ligeira, soluções teriam de ser encontradas urgentemente. Apesar da arma em maior uso fosse a Mauser, as pistolas-metralhadoras FBP tinham uma distribuição relativamente elevada, uma por secção de atiradores (Gomes, 2000).

Era evidente que para auxiliar de forma a compensar outros sistemas de armas, como as armas do pelotão de acompanhamento, o emprego de espingardas automáticas era fulcral para passarem a cumprir o papel principal de retardar e neutralizar o Inimigo.

Para um atirador executar 10 a 15 disparos por minuto, com uma arma de repetição, é necessário muita prática de tiro, pois existe um irrepreensível manuseamento da culatra de ferrolho, com um municiar frequente por cada cinco munições no carregador fixo (Allen, 1953). A culatra de ferrolho⁷⁴ não está associada à execução de tiro rápido ou instintivo, mas a um tiro de precisão a longas distâncias, para além de que sem um elevado treino os movimentos dos braços do atirador são lentos e descoordenados (Hogg & Weeks, 1977). O seu aparelho de pontaria, apesar de todas as modificações, estava destinado a um tiro de precisão e não ao tiro instintivo. Nas espingardas de repetição existem quatro operações repetidas a cada disparo, em que o agente motor é a mão do atirador, são elas: abrir a culatra, fechar a culatra, voltar a ajustar a pontaria e disparar (Paschoa, 1951). Na prática manter a coronha junta ao ombro, sustenta apenas por uma mão, enquanto a outra opera a culatra de ferrolho juntamente com o desenrolar de uma ação, a precisão e média de tiro vão diminuindo após alguns minutos, associado à fadiga produzida pelas operações irrepreensíveis da espingarda de repetição.

No início verificou-se que o inimigo atacava forças militares estacionadas ou patrulhas⁷⁵, em autênticas vagas, dispondo de enorme superioridade numérica e psicologicamente preparados para suportar grandes perdas, não podiam, em muitos casos, ser convenientemente contido pelas forças regulares, por falta de uma adequada potência

⁷³ Cfr. AHM – *Batalhão de Caçadores 155. História da Unidade. Companhia de Caçadores 128. Operação “FAVA”, 02/09/61.*

⁷⁴ Dispositivo que arma e desarma uma espingarda manualmente. *Vide* Anexo D, Figura n.º 13 – Culatra de Ferrolho da Mauser.

⁷⁵ *Vide* Anexo D, Figura n.º 23.

de fogo⁷⁶. Era a deficiência mais evidente que se vinha fazendo sentir, a falta de espingardas automáticas (EME, 1998). A espingarda de repetição não permitia a cadência de fogos necessária, e ameaçava os efetivos apreciáveis como os do pelotão (Pinheiro, 1963).

A utilização de armas de repetição não se revelava capaz de incutir no soldado a indispensável confiança nos seus meios de fogo, nem se coadunava com a necessidade de desencadeamento instantâneo de uma reação maciça e durável que só o armamento automático em quantidade poderia proporcionar⁷⁷. Não se pode esperar que o soldado, sujeito a *stress* quase permanente, e explorado pelo adversário nos seus assaltos que são acompanhados por imenso barulho de seguros efeitos desmobilizadores, possa encontrar a calma necessária para reagir da melhor forma pela utilização de um armamento de cujas possibilidades já descrê⁷⁸.

Em paralelo o número de ações em que as forças de guerrilha empregavam armas automáticas foi sucessivamente crescendo em cada mês (EME, 1998).

A espingarda de repetição Mauser era considerada insatisfatória, já que o seu reduzido poder derrubante não permitia a imediata neutralização do Inimigo atingido, e pela pouca capacidade do depósito de munições, que não eram adequados às características da luta a curta distância (EME, 1988).

6.2.2. Após introdução da Espingarda G3 nas forças portuguesas

As espingardas de repetição Mauser, não eram apropriadas para sustentar as investidas de um Inimigo inconsciente, gritando que as balas eram “água”, como foi característico das primeiras ações Inimigas (EME, 1998). A cadência de tiro era fulcral e o Exército Português necessitava de espingardas automáticas (*Idem*).

Pelo conseguinte, “...haveria que rever o armamento que se dispunha, face à valorização verificada no Inimigo, que se apresentava cada vez mais bem armado, tanto qualitativa como quantitativamente” (EME, 1988, p. 288). Esta constatação fez nascer a ideia de aumentar a produção nacional de espingardas automáticas G3 (*Idem*).

⁷⁶ Vide Anexo C, Figura n.º 10, Cfr. *Documento do Comando Militar de Angola ao Chefe da Repartição de Gabinete do EME. (Secção do Ultramar). Espingardas Semi-Automáticas.*

⁷⁷ *Idem.*

⁷⁸ *Ibidem.*

Numa espingarda automática, com a possibilidade de execução de tiro semiautomático, ambas as mãos permanecem na arma durante a execução do disparos, até esvaziar o carregador. O intervalo entre disparos é menor, o movimento dos braços que atrasa o disparo é eliminado, a fadiga é reduzida e o ajuste da pontaria é menor, pois o ponto de mira permanece alinhado com o alvo (Allen, 1953). O dedo no gatilho é a única ação para disparar uma espingarda automática, cujas operações de extração, ejeção, armar, carregamento e percussão executam-se sem a intervenção do atirador, além da sua ação sobre o gatilho (Paschoa, 1951). Um atirador terá a capacidade de disparar 40 tiros por minuto com a mesma precisão e menor prática, pelo que a ênfase à rapidez de fogo acata problemas do fórum operacional e logístico, no que toca ao gasto de munições, que só é colmatada pela instrução e autodisciplina do atirador (Allen, 1953).

O recurso a uma arma automática permite economizar efetivos, uma vez que executa a mesma cadência de fogo do que dois a três atiradores de espingarda de repetição, com cadência de tiro e precisão muito superior. Mas independentemente o número de efetivos manteve-se inalterado.

Apesar da possibilidade de tiro automático das pistolas-metralhadoras FBP, a adoção de uma espingarda automática para cada militar iria levar as pistolas-metralhadoras para segundo plano, muito pelo facto de coexistir dois calibres nas unidades elementares e por identificarem os comandantes a quem estavam normalmente atribuídas. (Gomes, 2000).

Nas secções de atiradores a metralhadora ligeira Dreyse era a única arma automática capaz de intensificar o fogo por alguns períodos de tempo, mas mesmo as mais ligeiras destas armas tinham o inconveniente do peso, que rondava mais de 11 Kg e a adopção do calibre 7,62 mm complicou a dotação de munições, pois a Dreyse era de calibre 7,9 mm (Gomes, 2000). Dada a necessidade de duas munições diferentes nos baixos escalões, a primeira solução encontrada foi a utilização das versões bipé das espingardas automáticas adquiridas, substituindo a metralhadora ligeira nas secções, incluindo nas primeiras G3 modelos com bipé⁷⁹, porém estas armas não garantiam o volume de fogo contínuo, pois não eram alimentadas por fita nem tinham canos de reserva (*Idem*).

O pelotão de caçadores aumentou a sua mobilidade, recebendo uma quarta parte do pelotão de acompanhamento, alterando a organização, e passou a ter duas esquadras de

⁷⁹ Vide Anexo E, Figura n.º 22.

atiradores por cada secção, de efetivo de cinco homens por esquadra, o que se assemelha bastante à orgânica de uma secção e pelotão na atualidade.

Esta alteração da organização da secção de atiradores e substituição da metralhadora ligeira por duas espingardas automáticas com bipé, mostrou-se vantajoso, pelo aumento considerável do poder de fogo, especialmente útil nas ações ofensivas, maior facilidade de transporte em virtude do menor peso, especialmente nas situações de movimento quer pelo deslocamento, quer pela rapidez da instalação sendo possível criar grupos de manobra de elevada importância na perseguição ou reação a ações inimigas, devido à sua grande mobilidade⁸⁰. Tornou-se essencial adotar uma força que permitisse tirar vantagens do poder de fogo contra a vantagem numérica e o fator surpresa do Inimigo, da maior mobilidade e melhor conhecimento do terreno. Desta forma atingiu-se o expoente máximo no cumprimento das missões, em especial das patrulhas de nomadização.

Sob o ponto de vista de remuniamento, a substituição da metralhadora ligeira pela espingarda automática G3 com bipé é nitidamente vantajosa pela uniformidade de munições e carregadores que permite a sua utilização indiscriminada nas armas que efetuam o tiro automático ou semiautomático, pelo que esta uniformidade foi completa dotando o comandante de secção de atiradores com espingarda automática, em vez de pistola-metralhadora, proporcionando ainda a vantagem de dar ao comandante de secção maior poder de fogo e contribuir para a não identificação de graduados⁸¹.

Contudo, provisoriamente, as metralhadoras-ligeiras continuaram na posse das unidades, como armas de reserva, a empregar quando o comandante de pelotão determinasse⁸². Verifica-se que algumas forças estavam equipadas com ambas as armas, de repetição e automáticas⁸³, devido à escassez de espingardas automáticas quando adquiridas em 1961.

A G3 deu boas provas dentro do emprego que teve, sendo a versão com bipé precisamente igual à espingarda sem bipé, com as munições transportadas pelo próprio atirador com bipé e também munições suplementares levadas por três dos restantes elementos da secção⁸⁴. Com esta relação de munições dá para prever que a organização e o modo de atuar de um pelotão de caçadores modificou-se, muito semelhante à da

⁸⁰ Vide Anexo C, Figura n.º 7, Cfr. *Documento do Comando Militar de Angola ao Chefe da 3.ª Repartição do EME. Espingardas Automáticas*, 1961.

⁸¹ Vide Anexo C, Figura n.º 9, Cfr. *Documento do Comando Militar de Angola ao Chefe da 3.ª Repartição do EME. Espingardas Automáticas*, 1961.

⁸² Vide Anexo C, Figura n.º 11, Cfr. *Nota-circular Nº 965/OE. Distribuição de Espingardas Automáticas*, 1961.

⁸³ Vide Anexo E, Figura n.º 21.

⁸⁴ Cfr. *Nota-circular Nº 965/OE. Distribuição de Espingardas Automáticas*, 1961.

atualidade, mais ligeiro que o da anterior organização, havendo uma arma automática com bipé em cada esquadra e assim duas em cada secção, as quais substituíam a metralhadora ligeira Dreyse, sendo a ação da arma sobre o atirador durante o tiro mais suave o que favorece a manutenção da pontaria⁸⁵ e a possibilidade de maior manobra.

Houve que impor algumas restrições ao uso das armas automáticas, pois em contexto operacional o gasto excessivo de munições pode por em causa a missão. Importante salientar que a autodisciplina do atirador ao executar tiro semiautomático, em vez de tiro automático, confere-lhe maior precisão, economia de munições e maior durabilidade da arma (Paschoa, s.d.).

Normalmente eram utilizadas com o seletor de tiro na posição de tiro a tiro, por isso os homens equipados com elas eram proibidos de as disparar com o seletor de tiro na posição de tiro automático, exceto quando devidamente autorizados pelo comandante de secção ou se estas fossem com bipé⁸⁶. Era exigido aos comandantes de pelotão e secção uma rigorosa disciplina de fogo, sem que o consumo de munições com estas armas atingisse, inutilmente, números inoportáveis pelo remuniamento⁸⁷.

Esta arma aumentou consideravelmente o poder de fogo, não só pela quantidade, mas também pela qualidade do fogo, diminuindo as fragilidades das formações, aumentando a sua flexibilidade e mobilidade. Além do levado efeito moral nas forças, o seu tiro regular transmite confiança ao soldado, ao contrário da espingarda de repetição Mauser, que devido à influência do moral e da fadiga, diminuía o rendimento do tiro no intenso combate. Contudo as cedências de armamento do pelotão de acompanhamento não deixaram de ser essenciais.

Na guerra de guerrilha a superioridade de fogo é essencial bem como uma resposta rápida e fogo intenso contra ataques massivos ou relâmpagos. O atirador foi equipado com uma espingarda mais eficiente, conseguindo aproveitar o seu maior potencial, com menos treino comparando com uma espingarda de repetição.

⁸⁵ Cfr. *Nota-circular N° 965/OE. Distribuição de Espingardas Automáticas*, 1961.

⁸⁶ Vide Anexo C, Figura n.º 12, Cfr. *Nota-circular N° 965/OE. Distribuição de Espingardas Automáticas*, 1961.

⁸⁷ *Idem*.

6.3. Síntese conclusiva

O desencadear da luta armada em 1961 em Angola revelou, desde o início, a necessidade de adquirir uma espingarda automática, a fim de fazer face aos ataques em massa que não podiam ser desejavelmente contrariados com espingardas de repetição. O Exército Português só previu essa necessidade em conflito, tendo como prioridade, em 1961, a obtenção de espingardas automáticas (Gomes, 2000).

O eclodir da guerra, se não apanhou o Exército Português completamente desprevenido, apanhou-o mal equipado (*Idem*).

Para o triunfo de Portugal teve um enorme contributo “...a grande adaptabilidade, resistência e valentia do Soldado Português, a inegável competência dos chefes militares de todos os escalões e a eficiência do material e do armamento utilizado...” (Felgas, 1968, p. 215).

Verificou-se que a organização das forças regulares e das forças de guerrilha evoluía paralelamente, tendo algumas diferenças em relação aos meios e quantidades empregues, e tentando organizar-se de forma que o dispositivo de combate fosse mais flexível e ligeiro. As formas de atuar de ambas as forças tendiam para se assemelharem. Entre 1961 e 1964 passou-se um período de inovação e experimentação, e o emprego da G3, apesar de vantajoso, assumiu apenas alguma relevância na organização e doutrina das unidades.

A G3, tal como qualquer arma tem os seus prós e contras, contudo foi uma arma que ganhou enorme importância na Guerra de África, e mostrou-se fundamental para qualquer força ligeira na luta de contraguerrilha. O facto de ser uma luta armada de guerrilha realça a particularidade de adoção de uma arma adaptada ao tiro instintivo, fundamental para as forças ligeiras aumentando o seu poder de fogo, sem descorar no aligeiramento da força, alicerçado à sua resistência ao clima, primordial para todo o tipo de operações desenvolvidas pelo pelotão de infantaria.

Capítulo 7

Conclusões e recomendações

7.1. Introdução

“Um trabalho sobre armamento não é tarefa fácil, porque está sujeito sempre a considerações de toda a ordem (...) o método é variável de individuo para individuo e, até, de momento para momento...” (Paschoa, 1951, p.5).

O presente capítulo procura “...responder às questões levantadas pela investigação...” (Academia Militar, 2011), fundamentando estas com toda a informação cuidada em todas as referências bibliográficas e fontes primárias consultadas.

Para tal foram levantadas hipóteses e objetivos específicos, aos quais irá proceder-se à sua confirmação, desta forma responder a todas as questões derivadas a fim de dar uma resposta à questão de partida da investigação, expondo as reflexões finais alusivas às deduções retiradas. Este capítulo contará também com um conjunto de recomendações e dificuldades sentidas durante a investigação. Culmina o capítulo com propostas para investigações subsequentes no que respeita ao tema abordado.

7.2. Verificação das hipóteses e questões derivadas

No presente subcapítulo vai-se verificar as hipóteses e responder às questões derivadas, as quais foram levantadas no início da investigação. Irá proceder-se à sua confirmação, seja total, parcial ou não confirmada, através da investigação efetuada nas inúmeras fontes e bibliografia.

A QD 1 – “O que levou à necessidade do Exército Português adquirir armas automáticas, nomeadamente a G3?” -, trata de entender a necessidade de mudança do armamento ordinário de repetição para o armamento automático individual na época. Na sequência desta questão, surge a H 1 – “Com a aquisição de armamento automático

individual, as forças regulares passaram a combater as forças de guerrilha de igual modo, as quais já detinham este equipamento” -, confirma-se totalmente pelo que com o evoluir da guerra e apoio externo às forças de guerrilha, tanto em instrução como a nível de meios, passaram a ser contendores de armamento automático em quantidade e qualidade.

Após confirmação da H 1, é exequível dar resposta à QD 1, acrescentando que também no início da Guerra de África, em Angola, os ataques de massa em vagas sucessivas, levaram a esta necessidade de obter armas automáticas para poder fazer face a tamanhos ataques. O facto de ter sido a G3 a arma adquirida, tem a haver mais por razões políticas e económicas, das boas relações entre Portugal e a RFA e cedência de licença de fabrico da mesma pela RFA a Portugal.

Relativamente à QD 2 – “Quais foram as alterações na organização do pelotão de infantaria equipado com a G3 no Exército Português?” -, concluiu-se que ocorreram de facto alterações, nomeadamente a formação de esquadras de atiradores a cinco homens cada, sem metralhadoras ligeiras, substituindo estas por G3 com bipé.

Neste contexto, desenvolve-se a H2 – “O pelotão de infantaria, equipado com a G3, passou a organizar-se de forma diferente, permitindo uma maior flexibilidade e concentração de meios” -. Pelo estudo realizado observa-se que, além da alteração à orgânica do pelotão de infantaria, a uniformidade de armamento entre o pelotão, possibilitou uma maior concentração de meios, e a aquisição e distribuição de armamento ligeiro individual por todo o pelotão aumentou a flexibilidade, principalmente ao nível da manobra e mobilidade. Por esta descrição, a H2 confirma-se totalmente.

Na QD 3 – “Com a introdução da G3 houve necessidade de alterar as táticas e técnicas na forma de atuar do pelotão de infantaria, no teatro de operações angolano?” -, na qual se pretende entender as alterações significativas na conduta das operações do pelotão de infantaria durante o conflito. Verificou-se, que a necessidade de alterar as táticas e técnicas não foi diretamente consequência da introdução da G3, mas sim a única forma possível de travar esta luta armada, para fazer face ao Inimigo, e a G3 veio proporcionar ao pelotão de infantaria executar as alterações necessárias tática e tecnicamente já anteriormente estudadas, cuja aplicabilidade dependia da introdução de armamento automático.

Surge a H 3 – “Houve a necessidade de adaptar táticas e técnicas nas operações, que só com armas de repetição faziam sentido...” -, as táticas e técnicas adaptaram-se, pois as forças regulares, além de cientes de alguns procedimentos de guerrilha e reagirem de acordo com a ação do Inimigo no momento, desenvolveram sem restrições táticas e

técnicas, as quais só com armamento automático individual eram possíveis. Pelo que confirma-se a H 3. Realço que o armamento automático individual só veio possibilitar a execução em pleno da luta de contraguerrilha, pois mesmo com armamento de repetição o modo de atuar das forças regulares já se encontrava focada para a nova tipologia de combate.

Por último a QD 4 – “Quais as vantagens da utilização da G3 no pelotão de infantaria no Teatro de Operações angolano, comparativamente à Mauser?” -, na qual pretende-se dar ênfase à presença de G3 no pelotão de infantaria, em particular durante o período da Guerra de África.

Neste âmbito, surge a H4 – “Com a utilização da G3 foi possível ganhar uma maior cadência de fogo utilizando um menor número de efetivos e ganhar uma arma indispensável para todos os tipos de operações” -, que confirma-se parcialmente, pois uma maior cadência de fogo não pressupôs rentabilização de pessoal. O número de efetivos de um pelotão de infantaria manteve-se, mas proporcionou sem dúvidas a conceção de várias tipologias de operações essenciais à execução e cumprimento da missão do pelotão de infantaria no TO angolano. Tornou as forças regulares mais flexíveis, devido à unificação de calibres dentro do pelotão, aligeirando a força e ao mesmo tempo aumentando o poder de fogo, devido à grande autonomia de munições que a G3 proporcionava comparativamente à Mauser de 20 para 5 respetivamente em cada carregador.

Respondendo à QD 4, a cadência de fogo foi, comparativamente à Mauser, a maior vantagem a salientar. A sua rusticidade e aplicabilidade num ambiente subversivo de guerrilha, em resposta as emboscadas inimigas e todas as operações ofensivas, nas quais era requerido surpresa, violência, mobilidade e grande flexibilidade, levou ao seu reconhecimento até aos dias de hoje a qual “Muitos lhe devem a Vida”.

7.3. Resposta à questão de partida e reflexões finais

Portugal em 1961 entra em conflito armado dentro do seu próprio território. Conflito o qual preverá, mas cuja preparação deficitária torna necessário instruir e equipar o Exército Português, de forma a mudar o rumo da guerra e adquirir liberdade de ação. O TO que se apresenta ao Exército Português detinha um campo de batalha totalmente diferente. Forças irregulares, com procedimentos militares em constante evolução nesse sentido.

Todavia o trabalho centrou-se na introdução da G3 no pelotão de infantaria, no TO angolano, arma que veio influenciar a Guerra de África, não só na atuação do Exército Português, mas também nas forças Inimigas que paralelamente alteram as táticas empregues ao longo da luta armada, fruto da experiência acumulada.

Exercido o esforço da investigação, centrado no impacto que a introdução da G3 teve nas táticas, técnica e procedimentos do pelotão de infantaria do Exército Português, pode-se dar resposta à questão de partida – “Quais as implicações provenientes do uso da G3 na Guerra de África, para o pelotão de infantaria, no Teatro de Operações angolano, comparativamente à Mauser?”-. A alteração do pelotão de infantaria, passando este a ter uma orgânica de três secções de atiradores, a duas esquadras cada com cinco homens por esquadra, aligeirando progressivamente a força, deixando a típica força a três homens só para cada metralhadora ligeira, as quais eram escassas, deficitárias, únicas armas capazes de executar fogo automático em quantidade. A uniformidade de calibres dentro da força de escalão pelotão é essencial para tirar o melhor rendimento da mesma, o que nos primeiros períodos do conflito não se constatava, revelando-se um grande problema a colmatar, primordial para a conceção das missões atribuídas às forças, nomeadamente das patrulhas de nomadização, que se ausentavam entre três a cinco dias. Ponderando ainda a organização que o pelotão de infantaria teve a necessidade de adquirir, devido às características próprias da Guerra de África e do seu TO, nomeadamente o angolano, este ficou capacitado com grande mobilidade e manobra culminando na sua maior liberdade de ação, podendo tirar o maior rendimento do potencial relativo de combate das forças no decorrer das operações.

A espingarda automática G3 permitia um elevado poder de fogo, numa guerra marcada por um combate a distâncias extremamente reduzidas, numa disparidade entre os efetivos de forças regulares e forças inimigas, que alterou-se ao longo do tempo para forças cada vez mais ligeiras e dotas na arte da guerrilha.

Contudo a alteração de doutrina, substituição de equipamento, formação e treino, não se constituíram como medidas suficientes. Teve-se que proceder de igual modo ao do Inimigo: surpresa, violência e rapidez na ação. A passagem do conhecimento de homem para homem e o imprevisto sobressaíram nas melhores qualidades de um líder, a “...sua rusticidade, simplicidade e humanidade, suportou sacrifícios e se bateu sempre com grande dignidade e valor...” (EME, 1988, p.125).

7.4. Recomendações

A “História é o espelho do presente e presságio do futuro”. Com a presente investigação é possível verificar que um país/força previamente preparado(a), consegue adquirir a liberdade de ação, e assim atingir o sucesso da missão. Em primeiro deve-se proceder à atualização da instrução no que respeita ao TO, que tende a modificar-se gradualmente, adquirindo o conhecimento necessário paralelamente à sua evolução, num processo contínuo desde a base da formação do militar.

A aquisição de armamento e equipamento adaptado às necessidades do TO na atualidade é fulcral, prendendo-se a evolução do mesmo com o desenvolvimento de procedimentos e táticas específicas no combate multidimensional em zonas urbanas. As relações comerciais de aquisição e fabrico de material bélico devem-se manter, acompanhando a evolução dos grandes exércitos, mantendo o nível operacional exigido internacionalmente.

7.5. Limitações da investigação

No decorrer da investigação, foram surgindo limitações a diferentes níveis. O número limitado de páginas, apesar de ser uma forma benéfica de ajuda à capacidade de síntese, leva à impossibilidade de expor minuciosamente alguns parâmetros. A existência de um prazo a cumprir leva a uma maior gestão de tarefas, visto que a heurística e a hermenêutica, aliado à grande quantidade de documentos e fontes primárias, implica um estudo exaustivo e pormenorizado.

No decorrer destas limitações, surge um aspeto, o qual se prende com essa mesma análise de documentos e fontes primárias, sendo uma metodologia de investigação peculiar, pois depende da bibliografia e fontes existentes que na sua maioria à falta de informação detalhada. Porém, o AHM e o ADN disponibilizaram alguma informação pertinente para o estudo, cuja informação está na sua totalidade “encaixotada” sem uma referência específica e em setores que não estão diretamente focados para o assunto. De realçar todo o apoio e dedicação que os elementos destes arquivos prestaram para que o trabalho pudesse chegar “a bom porto”.

A tentativa de recolher informação por entrevista a veteranos de guerra revelou-se um infortúnio na totalidade, sendo o tema tão específico e limitado temporalmente, cuja sapiência de quem de direito nada tinha a acrescentar em relação à temática abordada.

7.6. Propostas de investigação subsequente

Para trabalhos futuros relacionados com a temática abordada propõe-se a elaboração de uma investigação focada em outros sistemas de armas, tais como a metralhadora ligeira 7,62 mm HK-21 e o Lança-Granadas HK-79, numa perspetiva das alterações logísticas como exemplo. Mas orientar a análise no conceito das Capacidades militares atuais, isto é, Doutrina, Organização, Treino, Pessoal (inclui a formação), Material, Infraestruturas e Interoperabilidades, abrangendo todo o espectro ligado ao desenvolvimento e aquisição de armamento. Este estudo traria algo de novo a acrescentar ao saber da História Militar, proporcionando um maior contributo, o que permite a um investigador traçar um retrato da evolução histórica neste âmbito.

Sugere-se que posteriormente se realize no decorrer da mesma rubrica mas em TO diferentes, o que gerava uma excelente investigação diacrónica e sincrónica, aprimorando o saber da História Militar Portuguesa.

Fontes

- Arquivo de Defesa Nacional – *Documento da Fábrica Militar de Braço de Prata. Fornecimento de Espingardas Automáticas G3 às Forças Armadas*, 1964. Cota: F004 / 31 / Cx. n.º 73 / Doc. n.º 6.
- Arquivo de Defesa Nacional – *Memorando sobre Espingardas Automáticas*. Cota: F004 / 31 / Cx. n.º 72 / Doc. n.º 1.
- Arquivo Histórico Militar – *Aditamento ao Memorando sobre Espingardas Automáticas pelo General Luís Maria da Camara Pina*, 1961, Cota: FO / 007 / B / 41 / Cx. n.º 364 / Doc. n.º 4.
- Arquivo Histórico Militar – *Batalhão de Caçadores 155. História da Unidade. Companhia de Caçadores 128. Operação “FAVA”*, 02/09/61, Cota: 2 / 2 / Cx. n.º 154 / Doc. n.º 6.
- Arquivo Histórico Militar – *Documento do Comando Militar de Angola ao Chefe da Repartição de Gabinete do EME. (Secção do Ultramar). Espingardas Semi-Automáticas*, Cota: FO / 007 / B / 41 / Cx. n.º 366 / Doc. n.º 28.
- Arquivo Histórico Militar – *Documento do Comando Militar de Angola ao Chefe da 3.ª Repartição do EME. Espingardas Automáticas*, 1961. Cota: FO / 007 / B / 41 / Cx. n.º 364 / Doc. n.º 4.
- Arquivo Histórico Militar - *Documento do General Luís Pina da Repartição do Gabinete do EME – Ao Quartel Mestre General Fabrica de Braço de Prata e Direcção de Serviço de Material 4.ª Repartição, Processo 2.120.2.1.3.1/62*, 1962. Cota: FO / 007 / B / 41 / Cx. n.º 364 / Doc. n.º 4.
- Arquivo Histórico Militar – *Documento relativo à Defesa de Angola. Instrução Pessoal e Secreta n.º 4., do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas para o Comandante-Chefe das Forças Armadas de Angola*, 1961. Cota: FO / 007 / B / 21 / Cx. n.º 305 / Doc. n.º 16.
- Arquivo Histórico Militar – *Nota-circular N.º 965/OE. Distribuição de Espingardas Automáticas*, 1961. Cota: FO / 007 / B / 41 / Cx. n.º 364 / Doc. n.º 4.

Arquivo Histórico Militar – *Documento relativo a Pedido de Informação sobre Política de Armamento – Ofício n.º 3532 / C, Pº 162 / 67, 1967, Cota: FO / 007 / A / 17 / Cx. n.º 37 / Doc. n.º 1.*

Arquivo Histórico Militar – *História da Unidade. Comentários Finais do Batalhão de Caçadores 155, 1961, Cota: 2 / 2 / Cx. n.º 154 / Doc. n.º 6.*

Arquivo Histórico Militar – *Parecer do General Luís Pina – Necessidade Urgente de Espingardas Automáticas, 1961, Cota: FO / 007 / B / 41 / Cx. n.º 364 / Doc. n.º 4.*

Bibliografia (consultada e citada)

Academia Militar (2013). *NEP 520/DE, de 30 de Junho.*

Aniceto & Gomes (2000). *Guerra Colonial*, 1.^a edição. Lisboa: Editorial Notícias.

Allen, W. G. B. (1953). *Pistols, Rifles and Machine Guns*. London: English Universities Press, LTD.

Alves, José Lopes (2010, Dez). “Subversão e Contra-subversão. As Forças Armadas Portuguesas em 1961”, *Revista Militar N.º12*, pp. 1289-1315.

Andrade, José Luís Tavares (2007, Jan.). “As novas armas ligeiras”. *Alameda digital. Actualidade, ideais e cultura, N.º5*. Consultado a 17 de Fevereiro, 2014, recuperado de http://www.alamedadigital.com.pt/n5/armas_ligeiras.php.

Baptista, C. & Sousa, M. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha*. Lousã: Edições Pactor.

Braga, José Lopes (1939). *Armamento da Infantaria. Características, Nomenclatura e Funcionamento de Metralhadora pesada, Metralhadora ligeira, Pistolas-metralhadoras, Espingardas, Granadas e Morteiro. Carros de combate*. 2.^a edição. Lisboa: Papelaria Fernandes.

Cann, John P. (2005). *Contra-Subversão em África, 1961-1974*. Edição de Livros e Revistas, Lda. Lisboa: Prefácio.

Cervelló, J. S. (2000a). “Tribalismo e nacionalismo – UPA FNLA”, in Afonso, Aniceto e Carlos Gomes (coords.), *Guerra Colonial*, 1.^a edição. Lisboa: Editorial Notícias, pp. 34-35.

- Cervelló, J. S. (2000b). “Portugal na cena internacional 1960-61”, in Afonso, Aniceto & Carlos Gomes (coords.), *Guerra Colonial*, 1.^a edição. Lisboa: Editorial Notícias, p. 45.
- Couto, A. C. (1988). *Elementos de Estratégia-Apontamentos para um Curso*, Vol. I. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- David & Golias (2000). “Armas e forças”, in Afonso, Aniceto & Carlos Gomes (coords.), *Guerra Colonial*, 1.^a edição. Lisboa: Editorial Notícias, pp. 15-16.
- Denis, H. R. & Archer, M. A. (1976). *Jane’s Infantry Weapons*. London: Jane’s Infantry weapons, Ltd.
- Dias, Luís (2008, Nov.). “Armamento e Equipamento das Forças Armadas Portuguesas e dos guerrilheiros do PAIGC na Guerra Colonial. Guiné 1971-1974”. *Histórias da Guiné 71-74 - a C.Cac 3491-Dulombi*. Retirado: Fevereiro, 17, 2014, de http://wwwccac3491guine7174.blogspot.pt/2008_11_01_archive.html.
- Duarte, P. M. (2002). *A doutrina militar portuguesa de contra-subversão. Origens e metodologia do esforço do Exército face ao conflito no Ultramar (1961-74)*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Escola Prática de Infantaria (1961). *Espingarda Automática FN 7,62^{mm} M/961. (Instruções Provisórias). (Armamento-4)*. Fonte: AHM / FE / 040 / 0124.
- Estado-Maior do Exército (1963a). *O Exército na Guerra Subversiva. Generalidades*. Vol. 1.^o. Lisboa: SPEME.
- Estado-Maior do Exército (1963b). *O Exército na Guerra Subversiva. Operações Contra Bandos Armados e Guerrilhas*, Vol. 2.^o. Lisboa: SPEME.
- Estado-Maior do Exército (1988). *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África 1961-1974. Enquadramento Geral*, Vol. 1.^o, 2.^a edição. Lisboa: EME/CECA.
- Estado-Maior do Exército (1990). *Subsídio para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África (1961-1974)*. Lisboa: EME/CECA.
- Estado-Maior do Exército (1998). *Aspectos da Actividade Operacional. Angola – Livro 1*, Vol. 6.^o, Tomo I, 1.^a edição. Lisboa: EME/CECA.
- Felgas, Hélio (1968). *Guerra em Angola*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Gomes, Nuno Santa Clara (2000). “Forças Portuguesas: Armas”, in Afonso, Aniceto & Carlos Gomes (coords.), *Guerra Colonial*, 1.^a edição. Lisboa: Editorial Notícias, pp. 356-365.
- Herdade, N. J. R. (2001). *Armamento do Exército Português – Primeira Metade do Século XX*. Lisboa: Edição da Direcção de Documentação e História Militar.

- Hogg, Ian V. & Weeks, John (1977). *Military Small Arms of 20th century. A comprehensive illustrated encyclopaedia of the world's small-calibre firearms, 1900-1977*. London: Arms and Armour Press.
- Infopédia (2003-2014). *Plano Marshall* – Porto Editora. Retirado: Fevereiro, 10, 2014, de [http://www.infopedia.pt/\\$plano-marshall](http://www.infopedia.pt/$plano-marshall).
- Instituto de Lexicologia e Lexicografia (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Vol. I & II. Academia das Ciências de Lisboa. Lisboa: Editorial Verbo.
- Leandro, Jaime (1963, Jan, 1ºTrimestre), “As Acções Contra-Revolucionárias”, *Revista Militar N.º1*, pp.33-70.
- Martelo, David (2000). “Unidades Especiais – Caçadores”, in Afonso, Aniceto & Carlos Gomes (coords.), *Guerra Colonial*, 1.ª edição. Lisboa: Editorial Notícias, pp. 94-97.
- Mendes, José M. Amado (1987). *A História como Ciência: Fontes, Metodologia e Teorização*. Coimbra: Coimbra Editora
- Moreira, L. F. (1999/2001). *A adaptação das Forças Armadas para a Guerra do Ultramar (1961-74)*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Nunes, A. L. P. (2010). “O Teatro de Operações de Angola”, in *Academia Militar e a Guerra de África*. Lisboa: Prefácio - Edição de Livros e Revistas, pp. 118-141.
- Nunes, Luís Filipe Tavares (1999). “A Caracterização do Mundo no Pós II Guerra Mundial”. *Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares N.º49*, pp. 25-35.
- Organização das Nações Unidas (1945). *Carta das Nações Unidas*. São Francisco.
- Paiva, M. J. (2007). “Espingarda m/961 G3 / Espingarda 7,62 m/963 G3”. *Área Militar. Armas Ligeiras*. Retirado: Fevereiro, 17, 2014, de <http://www.areamilitar.net/DIRECTORIO/Alig.aspx?nn=112&P=77>.
- Pashoa, Armando (1951). *Armamento, Vol. I*. Lisboa: Edições Infantaria.
- Pashoa, Armando (s.d.). *Armas Automáticas. Espingarda Automática G3*. Lisboa: Edições Infantaria.
- Pinheiro, Joaquim (1963, Fev-Mar, 1ºTrimestre). “Testemunhos dos Acontecimentos de Angola”. *Revista Militar N.º2 - 3*, pp.181-208.
- Pinto, R. (2009, Dez). “As Indústrias Militares e as Armas de Fogo Portáteis no Exército Português”. *Revista Militar*, 2495. Retirado: Fevereiro, 6, 2014, de http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=528.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 2.ª edição. Lisboa: Gradiva.

- Regimento de Infantaria 14, (2011a). “Os antecedentes do Ultramar e o Estado Português no contexto internacional”. *Viriatos*, pp. 4-6.
- Regimento de Infantaria 14, (2011b). “O RI 14 e as campanhas do ultramar”. *Viriatos*, pp. 7-12.
- Rodrigues, Joaquim Chito (1999). “Concepção e Desenvolvimento da Estratégia Operacional Face à Eclosão da Conflitualidade nas ex-Colónias Portuguesas. A Mudança de um Esforço Estratégico em Angola”. *Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares N.º49*, pp. 53-97.
- Sarmiento, Manuela (2013). *Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Editora Universidade Lusíada.
- Soares, Vicente & Adelino Eduardo (s.d. a), *Dicionário da Terminologia Militar, Vol. I*. Edição dos Autores.
- Soares, Vicente & Adelino Eduardo (s.d. b), *Dicionário da Terminologia Militar, Vol. II*. Edição dos Autores.
- Tavares, João Moreira (2005). *Indústria Militar Portuguesa no Tempo da Guerra 1961-1974*. Casal de Cambra: Caleidoscópio Edição e Artes Gráficas, SA.
- Telo, António José & Álvares, Mário (2004). *Armamento do Exército Português, Vol. I – Armamento Ligeiro*, Lisboa: Prefácio.
- Telo, António José (2000a). “Política de Defesa: A Viragem”, in Afonso, Aniceto & Carlos Gomes (coords.), *Guerra Colonial*, 1.ª edição. Lisboa: Editorial Notícias, pp. 28-31.
- Telo, António José (2000b). “A Mudança: 1959”, in Afonso, Aniceto & Carlos Gomes (coords.), *Guerra Colonial*, 1.ª edição. Lisboa: Editorial Notícias, pp. 32-33.
- Telo, António José (2010). “Portugal e a guerra de África - Enquadramento Internacional e situação Política Nacional”, in *A Academia Militar e a Guerra de África*. Lisboa: Prefácio - Edição de Livros e Revistas, LDA, pp. 14-19.
- Vitorino, Pedro (2004). “A história de uma espingarda de sucesso: Espingarda de assalto G3 Fabricada em Portugal”. *Armas e munições, N.º1*, pp. 25-30.

Apêndices

Apêndice A

Artigo 73.º da Carta das Nações Unidas⁸⁸

CAPÍTULO XI

DECLARAÇÃO RELATIVA A TERRITÓRIOS NÃO AUTÓNOMOS

Artigo 73.º - Os Membros das Nações Unidas, que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos não tenham atingido a plena capacidade de se governarem a si mesmos, reconhecem o princípio de que os interesses dos habitantes desses territórios são da mais alta importância, e aceitam, como missão sagrada, a obrigação de promover no mais alto grau, dentro do sistema de paz e segurança internacionais estabelecido na presente Carta, o bem-estar dos habitantes desses territórios e, para tal fim, se obrigam a:

a) Assegurar, com o devido respeito à cultura dos povos interessados, o seu progresso político, económico, social e educacional, o seu tratamento equitativo e a sua proteção contra todo abuso.

b) Desenvolver a sua capacidade de governo próprio, tomar devida nota das aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo das suas instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares a cada território dos seus habitantes e os diferentes graus do seu adiantamento.

(...)

e) Transmitir regularmente ao Secretário-Geral, para fins de informação, sujeitas às reservas impostas por considerações de segurança e de ordem constitucional, informações estatísticas ou de outro carácter técnico, relativas às condições económicas, sociais e educacionais dos territórios pelos quais são respetivamente responsáveis e que não estejam compreendidos entre aqueles a que se referem os Capítulos XII e XIII da Carta.

⁸⁸ Toda a informação do Apêndice transcrita Cfr. Organização das Nações Unidas (1945). *Carta das Nações Unidas*. São Francisco.

Apêndice B

As gerações de armas ligeiras em Portugal⁸⁹

➤ Primeira Geração

Inicia-se na época contemporânea. A arma principal era de antecarga⁹⁰, cano liso e fecho de pedreneira⁹¹. Paralelamente é usada pela cavalaria a carabina e a pistola de cano liso e antecarga de modelo inglês ou português. Apareceram também as espingardas estriadas. Para completar toda esta panóplia, havia ainda as armas brancas, *i.e.* a espada e sabre. Esta geração permanece durante a primeira metade do século XIX.

A única novidade importante neste campo é a substituição gradual e incompleta do fecho de pedreneira pelo fecho de fulminante⁹².

➤ Segunda Geração

Difere da anterior pela incorporação de fechos de fulminante e sobretudo pela generalização das estrias. O sistema *Minié*, inventado em França, mas adotado por Portugal, permite o uso de uma arma estriada, que demora o mesmo tempo de carregamento de uma arma de cano liso, pois o projétil tem um diâmetro mais pequeno do que o do interior do cano, não opondo resistência ao ser empurrado. Quando se dá o disparo, os gases da pólvora provocam a expansão do projétil, que adere às estrias. Estes projéteis já não são esféricos, mas cónico-ogivais e alongadas.

⁸⁹ Toda a informação do Apêndice transcrita Cfr. Telo, António José & Álvares, Mário (2004). *Armamento do Exército Português, Vol. I – Armamento Ligeiro*, pp. 18-27.

⁹⁰ Arma de carregar pela boca do cano.

⁹¹ Também designado de Fecho de Sílex. Pedreneira é uma pedra fixada no cão de uma arma, muito resistente que, quando ferida com um fragmento de aço, provoca faísca que comunicava com a pólvora (Instituto de Lexicologia e Lexicografia, 2001).

⁹² Também designado de Fecho de Precursão. O fulminante é uma cápsula de metal que envolve a escorva da arma de fogo (Instituto de Lexicologia e Lexicografia, 2001).

➤ Terceira Geração

As armas usam um cartucho completo, normalmente metálico, e são de retrocarga⁹³, o que aumenta muito a cadência de tiro. Surgem em Portugal as primeiras armas de repetição. É o caso dos revólveres de tambor bem como as primeiras metralhadoras ainda com repetição do disparo obtida manualmente.

➤ Quarta Geração

No final da década de 1880 aparecem armas de repetição, que usam calibres mais pequenos e têm um maior alcance. Adotam munições de pólvora mais potente e sem fumos, o que é uma importante vantagem tática. As armas de repetição de ferrolho, acompanhadas pelos revólveres e pelas metralhadoras manuais, provocam um imenso aumento do poder de fogo e levam a uma ampla renovação das táticas e doutrinas.

➤ Quinta Geração

As espingardas de repetição por ferrolho atingem a maturidade no começo do século XX e alcançam uma plataforma tecnológica que vai manter nos próximos 40 anos. Vulgariza-se as armas automáticas ou semiautomáticas, caso das metralhadoras, em que um disparo prepara o seguinte, com um imenso aumento da cadência de fogo. A partir de 1917 temos uma realidade que se prolonga até 1961.

➤ Sexta Geração

Só chega a Portugal em 1961, com o começo da luta armada em Angola. A grande novidade é a adoção das armas individuais automáticas ou semiautomáticas com calibre-padrão da OTAN, cartucho alemão de 7,62 mm. Ocorre a substituição das espingardas de ferrolho pelas espingardas automáticas ou semiautomáticas ligeiras, que se tinham vulgarizado na Europa dez anos antes.

⁹³ “Sistema de carregamento de armas de fogo pela culatra” (Instituto de Lexicologia e Lexicografia, 2001, Vol. II, p. 3240).

Apêndice C

Fases e modalidades do Inimigo

Tabela n.º 1 – Fases e modalidades do Inimigo

	1.ª Fase	2.ª Fase	3.ª Fase	4.ª Fase	5.ª Fase
ARMAMENTO	- Armas brancas, especialmente catanas	- Catanas - Canhangulos - Armamento roubado na 1ª Fase (Postos fiscais, administrativos e fazendas)	- Canhangulos - Espingardas - Pistolas-Metralhadoras - Carabinas - Algumas granadas - Poucas armas e munição escasso	- Aumento nítido de armas de repetição e automáticas - Grande quantidade de munições - Abandono progressivo do canhangulo	- Abundância de armas automáticas incluindo metralhadoras - Abundância de munições e granadas de mão - Existência de minas e explosivos
TIPO DE AÇÃO	- Assaltos indiscriminados por massacre de núcleos isolados	- Assaltos em massa - Cortes generalizados de itinerários	- Guerrilha incipiente com fins defensivos	- Guerrilha pura com fins defensivos e ofensivos	- Guerrilhas sobre o Exército Português
CARACTERÍSTICAS	- Pequenos grupos - Atuação simultânea em vários locais - Ferocidade - Preparação militar nula	- Grupos grandes procurando impressionar pelo número e pela vozzeria	- Pequenos grupos leves, com grande mobilidade - Emboscada - Atuação regional - Preparação militar média	- Pequenos grupos enquadrados. - Emboscada e golpe de mão - Vigilância cuidada e permanente - Treinamento em quartéis - Preparação militar regular	- Pequenos grupos móveis, furtando-se ao contacto e manobrando - Bem armados e enquadrados - Rendimento elevado das ações - Boa preparação militar
OBJETIVO	- Fazendas - Postos Administrativos e Fiscais	- Inicialmente: pilhagem simples de povoações e Fazendas - Posteriormente: pilhagem seguida de destruição	- Forças militares e militarizadas	- Forças militares e militarizadas - Objetivos económicos	- Forças militares e militarizadas - Objetivos económicos e psicológicos

Fonte: (EME, 1998, p. 349)

Anexos

Anexo A

Mapa de África e Províncias Ultramarinas

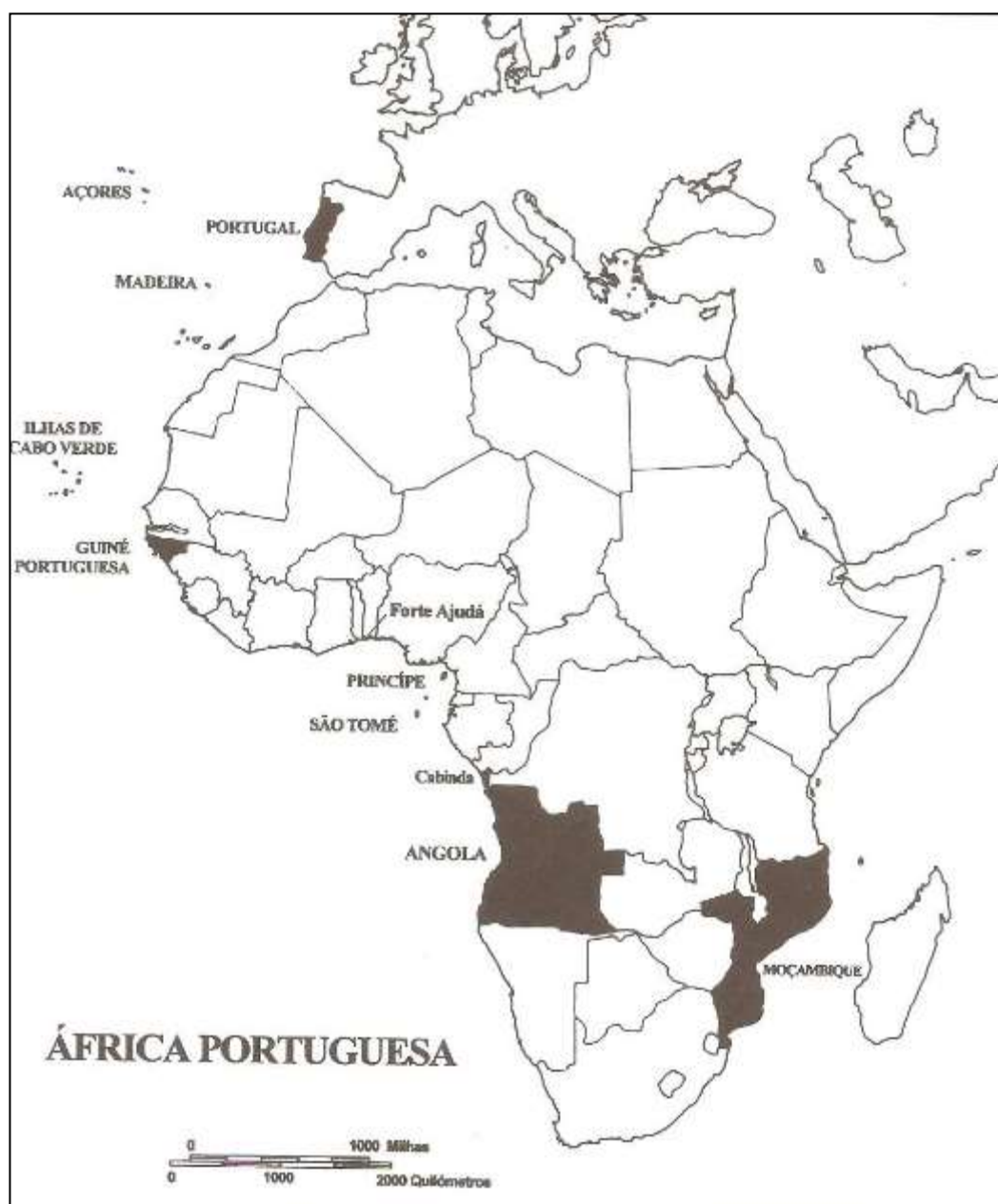


Figura n.º 1 – Mapa de África e Províncias Ultramarinas 1963

Fonte: (Cann, 2005).

Anexo C

Documentação de Arquivo⁹⁴

DESCLASSIFICADO

CÓPIA
Doc 133

DEFESA NACIONAL
GABINETE DO MINISTRO
DELEGACÃO DE INSTRUÇÃO G. M. L. A.
Entrada n.º 1957
em 8-6-64
P. 103/64

FÁBRICA MILITAR DE BRAÇO DE PRATA

Pa. conhecimento:
A 3ª. Repartição da D.S.M. do M.E.
LISBOA
A Delegação Portuguesa à C.M.L.A.-Defesa Nacional
LISBOA
A F.M.M.A.L.
MOSCAVIDE

A
Chefia do Serviço do Orçamento e Administração do Ministério do Exército.
LISBOA

Sua referência Sua comunicação de Nossa referência Rua Fernando Palha
5323-D LISBOA - Portugal
4.6.64

ASSUNTO - FORNECIMENTO DE ESPINGARDAS AUTOMÁTICAS G3 ÀS FORÇAS ARMADAS PORTUGUEAS.

Pelo Dec.-Lei Nº 45 607 de 10.MAR.64, foi aberto um crédito de 1,5 milhão de contos a favor das F.A.P. para aquisição imediata de material de guerra e outros equipamentos.

Em consequência deste Dec.-Lei, a D.S.M. (3ª.Rep.), pela s/nota Nº.3539 (5.2) - Pº 15,20-C/63 de 11.MAR.64, encomendou a esta Fábrica Militar o fornecimento de espingardas automáticas G3 no valor de 38.000 contos.

Esclarece-se que em Junho de 1962 foi celebrado entre Portugal e a República Federal Alemã, através dos Ministérios da Defesa dos dois Países, um contrato para o fornecimento de 50.000 espingardas G3 ao Gov. da R.F.A., cuja execução ficou a cargo desta Fábrica. De harmonia com uma das condições contratuais, foi assinado entre a F.M.B.P. e a firma alemã Heckler & Koch GMBH (HEKO), um contrato a fim desta firma prestar a indispensável assistência técnica e fornecer os componentes da arma e diverso equipamento para o fabrico das espingardas. Esta Fábrica já dispendeu vários milhares de contos com a aquisição de equipamento, continuando a preparar-se para o fabrico integral da arma.

Todavia, enquanto este facto não se verificar, (aliás estão já a ser fabricados canos, carregadores e bandedeiras), este Estabelecimento adquire àquela firma a maior parte dos

Aeg.
Lemos
Roj.

Mod. 117 C - 10.000 ex. - 1962 - 1-102

Figura n.º 3 – Fornecimento de G3 às Forças Armadas Portuguesas

Fonte: ADN – Cota: F004 / 31 / Cx. n.º 73 / Doc. n.º 6.

⁹⁴ Todos os documentos de arquivo referenciados em Fontes e bibliografia encontram-se na posse do autor. A sua publicação no presente trabalho está autorizada por escrito pela direção dos respetivos Arquivos.

SECRET

MINISTÉRIO DO EXERCITO
ESTADO-MAIOR DO EXERCITO
Gabinete do Chefe

DESCCLASSIFICADO

(A)

ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL
ADN

MEMORANDO SOBRE ESPINGARDAS AUTOMÁTICAS

1. A necessidade de dotar com espingardas automáticas as tropas que operam em algumas das nossas Províncias Ultramarinas obrigou a uma série de aquisições, que pode resumir-se como segue:

- Para ANGOLA e MOÇAMBIQUE: armas "FN"
- Para Metrópole e outras províncias: armas "G3"

Foram razões principais desta distribuição a brevidade dos prazos de entrega, a previsão de apoio logístico por parte da ÁFRICA DO SUL, que irá fabricar a "FN", e as dificuldades surgidas no emprego da "G3".

2. Armas "FN"

A aquisição feita (12.500: 5.000 já fornecidas, 2.000 para fins de Setembro e o restante para o fim de Outubro) permitirá, conforme o planeamento inicial, equipar:

- Na MOÇAMBIQUE: 20 Companhias
- Na ANGOLA: 80 Companhias

Neste número de unidades já hoje está excedido.

Uma previsão razoável leva a admitir que dentro de cada Província se generalize a distribuição de espingardas automáticas a outras formações e que do plano de mobilização algumas unidades mais sejam destinadas ou a ANGOLA ou a MOÇAMBIQUE.

Logo, o número de espingardas "FN" já agora não chega para as necessidades operacionais destas duas Províncias - e não permite constituir a reserva indispensável.

Uma solução do problema, a até certo ponto justificada pela proximidade da ÁFRICA DO SUL, seria concentrar as "FN" em MOÇAMBIQUE.

3. Armas "G3"

Neste momento já estão equipadas com armas "G3" todas as Companhias da GUINÉ e, para os efeitos de instrução, algumas unidades da Metrópole.

Foram enviadas para ANGOLA, dada a demora na entrega das "FN", 2.800 "G3" para equipar um maior número de unidades do que a actual existência de "FN" permitiria - mas ainda inferior ao número pretendido.

Da encomenda feita e já recebida (8.000 espingardas) resta ainda um saldo de 3.500 que se destina a intensificar a instrução na Metrópole com espingardas automáticas, a armar mais algumas Unidades e, apesar do inconveniente da mistura de modelos, a reforçar ANGOLA e MOÇAMBIQUE se houver deficiência no fornecimento das "FN" ou imprevisto requisito operacional. Neste saldo de 3.500 espingardas não chegará para a completa satisfação das

SECRET

Figura n.º 4 - Memorando sobre Espingardas Automáticas

Fonte: ADN - Cota: F004 / 31 / Cx. n.º 72 / Doc. n.º 1.

SECRET

MINISTÉRIO DO EXERCÍTO

ESTADO-MAIOR DO EXERCÍTO

Gabinete do Chefe

(B)

ADITAMENTO AO MEMORANDO SOBRE ESPINGARDAS AUTOMÁTICAS

Em sequência do "memorando" de 25 Ago 61 tenho a honra de expor a V. Ex^a. o seguinte:

1. Admitido como mais prático e vantajoso o fabrico da "U3" em PORTUGAL (apoio de uma grande indústria, produção de um tipo de espingarda usada por um exército numeroso e com responsabilidades militares crescentes, adopção imediata dos aperfeiçoamentos que se forem descobrindo) importa levar ao conhecimento de V. Ex^a. alguns elementos de informação que a urgência da questão requer.
2. Promovi uma reunião com o Quartel-Mestre General e o Director da Fábrica de ARMAÇÃO DE PRATA, a fim de apurar alguns factos que possam ser tomados, dando já, como bases fixas de raciocínio.
Da troca de impressões havida concluiu-se:
 - A FEP espera que as autoridades alemãs (Gen. Becker) dêem andamento e resposta às questões postas.
 - A FEP está pronta a organizar-se para o fabrico da "U3".
 - O Quartel-Mestre General, poderá, mediante concordância superior, garantir e adiantar desde já os 1.200 contos necessários para os estudos preliminares e estabelecimento do plano de fabrico. Esta quantia seria depois deduzida nas encomendas que o Ministério do Armamento fizesse.
 - O Contrato alemão e uma encomenda portuguesa permitiriam adquirir as máquinas necessárias e lançar o fabrico ao plano.
 - Conseguidos os trabalhos preliminares no contrato não é legítimo supor que, em condições normais, a produção da "U3" no nosso país deverá começar em fins de 1962 - dentro de um período de 15 meses.
3. O Armamento necessário, todavia, espingardas automáticas em prazo muito mais curto.
Suponho possível uma solução: uma vez iniciada em PORTUGAL a montagem da linha de fabrico, poder-se-ia negociar com as autoridades alemãs a entrega imediata de algumas "U3", a repor mais tarde pela produção da FEP.
4. As considerações que acabo de apresentar a V. Ex^a. podem até certo ponto contribuir para a solução de um problema que, sob o ponto de vista militar, assume importância capital, e é no dever neste momento fazer realçar.

Lisboa, 1 de Setembro de 1961

SECRET

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXERCÍTO

LUIS MARIA DA CAVALHA PINA

General

Figura n.º 5 – Aditamento ao memorando sobre espingardas automáticas


Fonte: AHM – Cota: FO / 007 / B / 41 / Cx. n.º 364 / Doc. n.º 4.

SECRETO

S. R.

COMANDO MILITAR DE ANGOLA
 Quartel General
 3ª. Repartição Secção

CÓPIA



Nº.45998
Proc.11.03.05
Luanda, 3 de Novembro de 1961

Ac Sr. CHEFE DA 3ª. REPARTIÇÃO DO ESTADO MAIOR DO EXERCITO - LISBOA
Combº. -Ac Sr. CHEFE DA REP. DO GABINETE DO C.E.M.A. - LISBOA

Assunto: ESPINGARDAS AUTOMÁTICAS

De: V/Nota Circ.965/OE Proc. de 05/JUL/1961-3ª. Rep. do EMB.

" 1359 e 1593/00-Pº 05.P1 de 018861 e 0200761 respectivamente

Sobre o assunto das notas em referência encarrega-se Sua Excelência o General Comandante da Região de informar V.Exª. de seguinte:

1. Julga este Comando demasiado cedo para se poder dar uma opinião fundamentada sobre as espingardas automáticas FN e G-3 em uso nesta Região em virtude de neste momento a experiência da maioria das unidades em operações e não permitir. Com efeito subunidades há ainda que apesar de terem armas automáticas atribuídas as não receberam ainda ou tendo-as recebido não as utilizaram quer por dificuldades de transporte quer porque estando empenhadas não foi possível a distribuição da nova arma, instrução e adaptação à mesma;
2. Tendo a urgência pedida pelas notas em referência, baseados nos elementos que foi possível recolher de relatórios pedidos às unidades e da visita feita a algumas delas por um oficial deste Qº. acompanhado de um sargento mecânico de armamento ligeiro pode concluir-se o que se descreve nos números abaixo, sobre cada uma das espingardas FN e G-3.;
3. Inconvenientes de ordem operacional e moral da existência de 2 tipos de armas automáticas.
 Este inconveniente têm-se verificado nos 2 aspectos muito especialmente no segundo por se ter criado a ideia de que a espingarda FN é muito melhor de que a G-3, opinião baseada no seu aspecto exterior e no conhecimento da diferença de preço de custo. O facto da a espingarda G-3 ter sido distribuída sem saber também deve ter contribuído para esta apreciação.;
4. Comportamento das armas em combate:
 - a. Deficiências mecânicas
 - (1) Espingarda FN
 A única deficiência que tem surgido na utilização desta arma em combate deriva do seu sistema de automatismo, tomado de gases num ponto do cano, o que é uma desvantagem em relação à G-3. Julga-se que a espingarda FN devido especialmente a este sistema necessita de muito maiores cuidados na sua limpeza algumas vezes não compatíveis com as situações de combate, dificuldades na obtenção de ingredientes apropriados etc.

SECRETO

.../...

Figura n.º 6 – Relatório comparativo entre a FN e G3 (1)

Fonte: AHM – Cota: FO / 007 / B / 41 / Cx. n.º 364 / Doc. n.º 4.

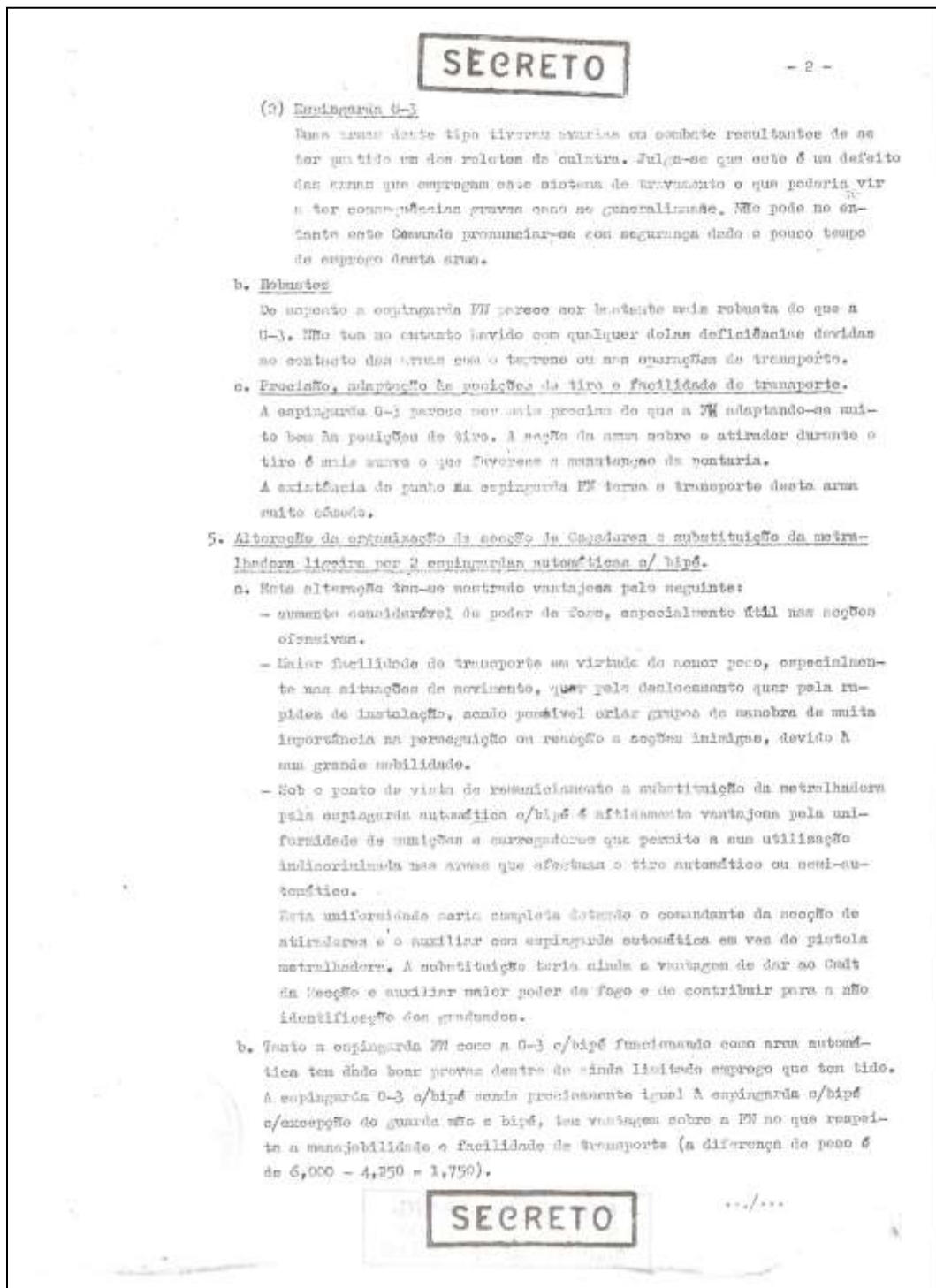


Figura n.º 7 – Relatório comparativo entre a FN e G3 (2)

Fonte: AHM – Cota: FO / 007 / B / 41 / Cx. n.º 364 / Doc. n.º 4.

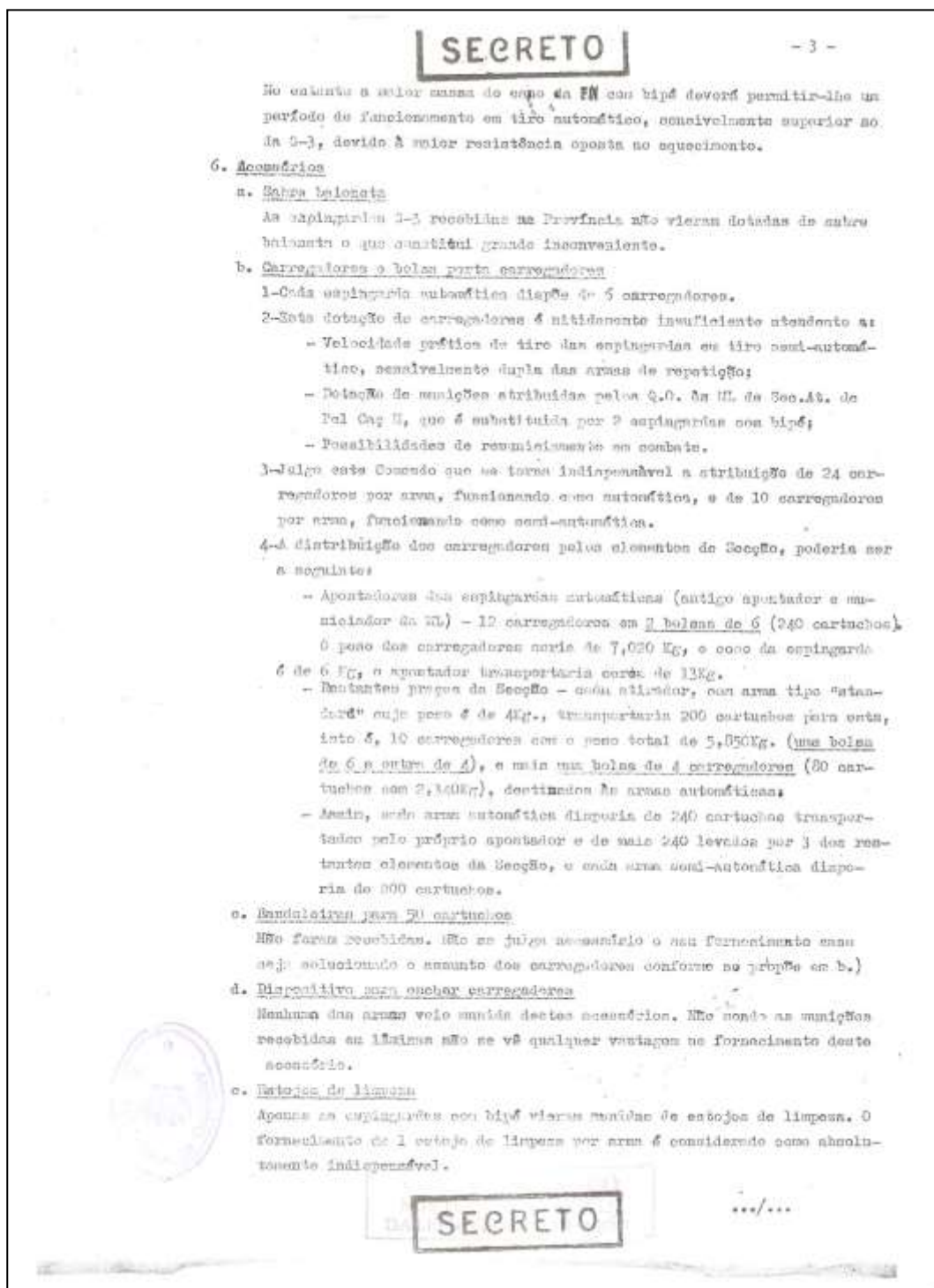


Figura n.º 8 – Relatório comparativo entre a FN e G3 (3)

Fonte: AHM – Cota: FO / 007 / B / 41 / Cx. n.º 364 / Doc. n.º 4.

SECRETO

- 4 -

f. Protecção de boca:
Nenhuma das armas tem protector de boca, nem nos livros de instrução se faz referência a esta necessidade.
Na pratica tem-se verificado a necessidade de durante os deslocamentos e nos bivacões, proteger as armas contra as poeiras para o que vem sendo usado com todos os inconvenientes os rolhos de trapo, o que seria evitado com o fornecimento de um protector de boca, que se julga vantajoso fabrico manufacturado em matéria plástica.

g. Colocação de acessórios a posar de reserva da Companhia
Não foram recebidas estas colocações. A sua falta não se faz ainda sentir e não se vê no caso das Esquadrilhas G-3 mencionadas cujos roletes poderiam ter sido substituídos na subunidade citando-se assim o seu envio ao P.M.

7. Unidades que são agrupadas automaticamente distribuídas
Nada existe

8. Propostas

a. A comissão tem observado que o Pel. de Rec. Inf. e o da Companhia de Comando das Batalhões pelas razões que vem desenvolvendo deveriam ser dotados de espingardas automáticas. Por proposta de um dos batalhões operacionais, tem sido adaptada com bons resultados o consentir no Batalhão as 15 peças de reserva das Companhias fornecendo 9 ao Pelotão de Rec. e Inf. e constituindo com as 6 restantes uma reserva de batalhão. Propõe-se que esta adaptação seja adaptada, caso não seja possível armar as referidas subunidades com semi-automáticas.

b. Atribuição nos componentes da secção e auxiliares de espingardas automáticas em substituição das pistolas antiaéreas pelas razões expostas em 5.a...

c. Dotar todas as armas automáticas dos acessórios acessórios:
- Garra balancim (esp. G-3)
- Protector de boca
- Detachos de limpeza
- Cartuchos de reserva conforme se propõe em 8. a.

d. Dotar as Companhias da coleção de acessórios.

9. Conclusões
Julga este Comando que tanto a espingarda automática FN como a G-3 satisfazem as exigências de combate na Província.

O CHEFE DO ESTADO MAIOR

JOÃO DE OLIVEIRA MACHUGA
TENENTE-CORONEL DO CEM

.....Batalhão confidencial.....

O CHEFE DA SEÇÃO DE ST. E ADM.

Germano de S. M. Domingos
GERMANO DE S. M. DOMINGOS
ALFEEIN

SECRETO

Figura n.º 9 – Relatório comparativo entre a FN e G3 (4)

Fonte: AHM – Cota: FO / 007 / B / 41 / Cx. n.º 364 / Doc. n.º 4.

CONFIDENCIAL

S. R.
COMANDO MILITAR DE ANGOLA
Quartel General

3.ª Repartição 4.ª Secção

10011 Proc. 11.03.05 Luanda, de 28 de 1961

Ao Sr. CHEFE DA REPARTIÇÃO DE GABINETE DO E.M.A. (SECÇÃO DO ULTRAMAR)

L I S E N C I A

Assunto: — ESPINGARDAS SEMI-AUTOMÁTICAS

Ref.: — V/Nota N.º _____ Proc. _____ de _____ / 19 _____

Sobre o assunto em epígrafe encarrega-se Sua Excelência o General Comandante da Região de expor a V.Ex.ª o seguinte:

- 1 - Nos Q.O. das C.Caq.Met., superiormente aprovados, prevê-se a atribuição de espingardas semi-automáticas em quantidades que os mesmos Q.O. não fixam.
- 2 - Tem-se verificado que os terroristas, quando atacam forças militares estacionadas ou em trânsito - patrulhas - o fazem sempre em autênticas vagas que, dispondo de enorme superioridade numérica e psicologicamente preparados para suportar grandes perdas, não têm podido, em muitos casos, ser convenientemente contidos pelas forças atacadas, por falta de uma adequada potência de fogo.
- 3 - Com efeito, a utilização de armas de repetição não se tem revelado capaz de incutir no soldado a indispensável confiança nos seus meios de fogo, nem se coaduna com a necessidade de desencadeamento instantâneo de uma reacção maciça e durável que só o armamento semi-automático poderá proporcionar.
- 4 - Não se pode esperar que o pessoal, sujeito a uma tensão nervosa quase permanente e explorada pelo adversário nos seus assaltos que são acompanhados de gritaria e vozeria de seguros efeitos demoralizadores, possa encontrar a calma necessária para reagir da melhor forma pela utilização de um armamento de cujas possibilidades já descrevi.
- 5 - Julga-se que a urgente substituição das armas de repetição distribuídas por outras semi-automáticas - os paraquedistas dispõem de uma, a Arm Lite, de excelentes características e de comprovada segurança de funcionamento - poderá revestir-se da maior importância em futuras operações militares.

CONFIDENCIAL

Reprodução. Lda. — Luanda. 1-41

Figura n.º 10 – Documento relativo a espingardas semiautomáticas

Fonte: AHM – Cota: FO / 007 / B / 41 / Cx. n.º 366 / Doc. n.º 28.

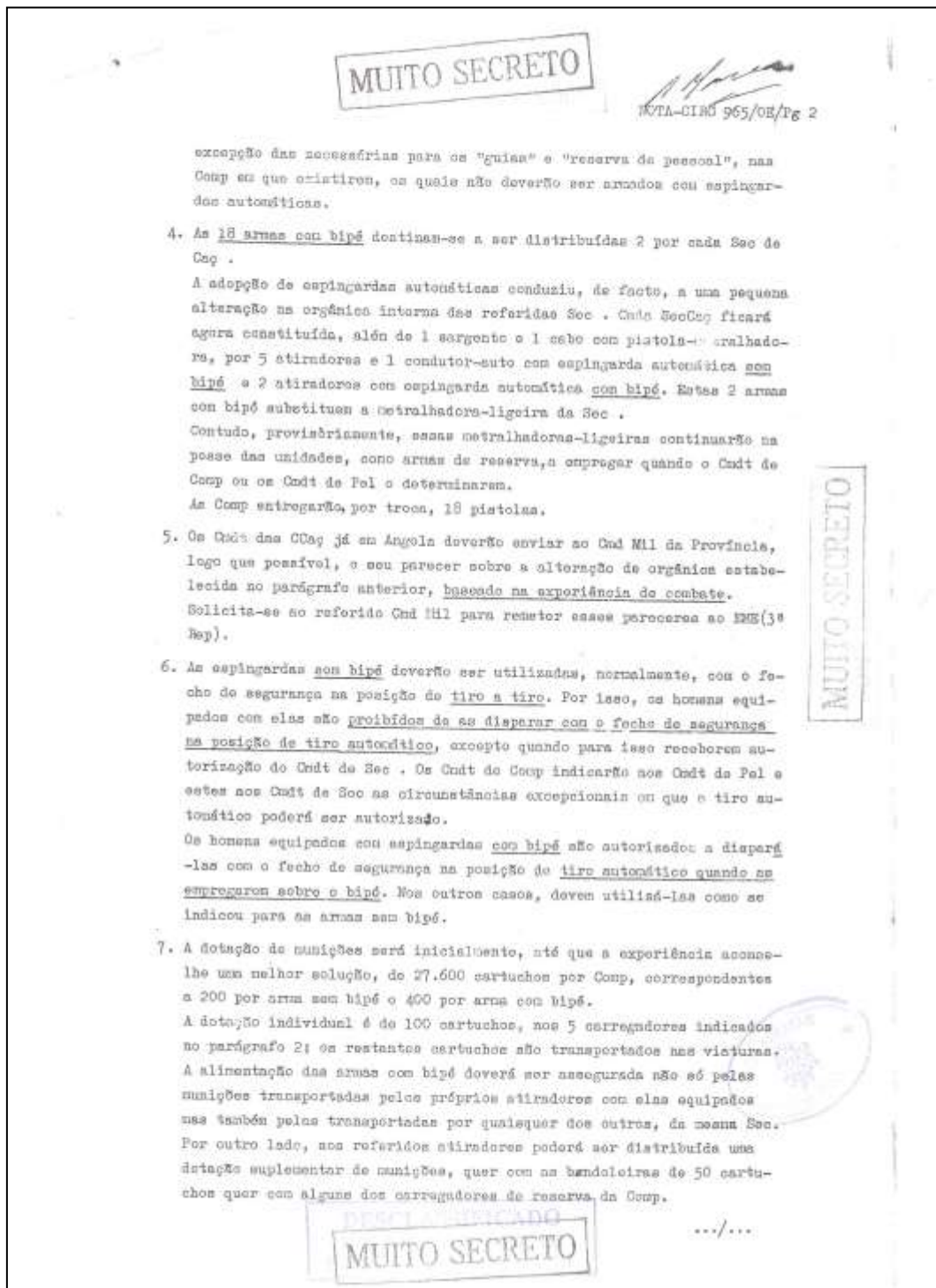


Figura n.º 11 – Relatório de armas automáticas com bipé (1)

Fonte: AHM – Cota: FO / 007 / B / 41 / Cx. n.º 364 / Doc. n.º 4.



Figura n.º 12 – Relatório de armas automáticas com bipé (2)

Fonte: AHM – Cota: FO / 007 / B / 41 / Cx. n.º 364 / Doc. n.º 4.

Anexo D

Armas que equipavam o Exército Português



Figura n.º 13 – Espingarda 7,9 mm m/937 Mauser

Fonte: (Telo & Álvares, 2004, p. 138).



Figura n.º 14 – Espingarda 7,62 m/961 FN FAL

Fonte: (Telo & Álvares, 2004, p. 188).



Figura n.º 15 – Espingarda 7,62 mm m/961 AR-10

Fonte: (Telo & Álvares, 2004, p. 198).



Figura n.º 16 – Espingarda 7,62 mm m/961 e m/963 G3

Fonte: (Telo & Álvares, 2004, p. 192).



Figura n.º 17 – Metralhadora ligeira 7,92 mm m/938 Dreyse

Fonte: (Telo & Álvares, 2004, p. 144).



Figura n.º 18 – Pistola-metralhadora 9 mm m/948 FBP

Fonte: (Telo & Álvares, 2004, p. 166).

Anexo E

Teatro de Operações



Figura n.º 19 – Picada

Fonte: (Aniceto & Gomes, 2000, p. 406)..



Figura n.º 20 – Militares com Espingarda FN FAL

Fonte: (Gomes, 2000, p. 358).



Figura n.º 21 – Progressão no capim com Mauser e G3

Fonte: (Gomes, 2000, p. 357).



Figura n.º 22 – Atirador de G3 com bipé

Fonte: (Aniceto & Gomes, 2000, p. 74).



Figura n.º 23 – Patrulha equipada com G3

Fonte: (Martelo, 2000, p. 96).



Figura n.º 24 – Emboscada de Guerrilheiros

Fonte: (Aniceto & Gomes, 2000, p. 427).



Figura n.º 25 – Forças de Guerrilha

Fonte: (Aniceto & Gomes, 2000, p. 424).